

Dois Vimearanenses na obra de António Sardinha

Martins Sarmiento e Alberto Sampaio

António Sardinha nasceu em Monforte do Alentejo a 9 de Setembro de 1887 e faleceu em Elvas, na Quinta do Bispo, no dia 10 de Janeiro de 1925, há já, portanto, cerca de 54 anos.

Não o conheci pessoalmente. Tenho dele algumas cartas e um livro com dedicatória sua, *Na Corte da Saudade*, que guardo como recordação perene do seu belo espírito. Mas possuo todos os livros de doutrinação de Portugalidade, que muito honram e valorizam a minha livraria de estudioso.

Faleceu com 37 anos e em plena actividade, legando-nos uma obra apreciável composta de 9 livros de boa poesia e 14 de prosa combativa nos quais o amor da Pátria se patenteia exemplarmente, num profundo estudo da nossa História, desde os seus primórdios até ao período que ele tão intensamente viveu.

Deste modo, entre *O Valor da Raça*, publicado em 1915, (quando contava 28 anos) — com o qual concorreu a uma cadeira de história da Faculdade de Letras de Lisboa e foi classificado em mérito absoluto, mas não provido — até ao seu inesperado falecimento em Janeiro de 1925, decorreram dez anos de intenso labor do mais puro lusitanismo, «destro e subtil caçador de superstições» que foi, na classificação tão feliz do portuguezíssimo Poeta Afonso Lopes Vieira, cujo centenário do nascimento vem sendo comemorado num preito de homenagem e de justiça que os portugueses lhe devem.

A António Sardinha se pode aplicar com verdade o que Renan afirmou de Turguenev, pois como «encarnação de uma raça inteira, gerações de antepassados, perdidos no sono dos séculos, incapazes de falar, ascenderam através dele à vida e à palavra».

É o caso de Martins Sarmento e de Alberto Sampaio que exerceram em António Sardinha uma sadia influência. Mas foi a Alberto Sampaio que António Sardinha mais se encostou dado que o considerava o nosso Fustel de Coulanges. Foi através dele, e de um modo especial, que mais aprofundou as raízes da nossa Raça, sobretudo em *As «villas» do norte de Portugal* que se lhe tornaram base segura dos valiosos trabalhos que o consagraram escritor e político acatado e admirado pelo seu verbo e pelo seu espírito, em revelação surpreendente da sua fascinante personalidade.

Vamos acompanhá-lo, com regalo espiritual e bom proveito de ensinamentos, no seu peregrinar de bom português pelas obras dos dois grandes Vimaraneses, naquela ânsia enorme, que sempre foi sua permanente preocupação, de encarrear a nossa História nas suas verdadeiras directrizes.

§ 1.º

MARTINS SARMENTO

Como dissemos, foi em 1915 que António Sardinha publicou *O Valor da Raça*, subintitulado de «Introdução a uma campanha nacional» e dedicado a Ana Júlia, sua Mulher.

O trabalho é dividido em seis capítulos, assim distribuídos: «A Verdade Portuguesa», «A hipótese do Homo Europeus», «O génio ocidental», «O espírito da Atlântida», «A Teoria da Nacionalidade» e «Integralismo Lusitano».

Martins Sarmento é nele várias vezes citado. Logo na «Verdade Portuguesa», e relacionando os acontecimentos de 1830, escreveu António Sardinha:

«Se um dia Portugal tornar a ser Portugal, com os heróis afonsinos que libertaram o solo e estabeleceram a Grey, teremos que reverenciar não só os letrados e os demais burgueses de Quatrocentos que ultimaram a fábrica robusta da Nacionalidade. Ao lado deles, emparceirando com os nossos epónimos mais veneráveis, figurarão, por justiça dos vindouros, os obreiros iluminados da *Revista Lusitana* e da *Portugalia*. Alcemos os corações ao alto! Não é um povo moribundo o povo que sente por si o tes-

temunho de Estácio da Veiga, de Martins Sarmiento, de Rocha Peixoto, de António Tomás Pires, de Santos Rocha, de Fonseca Cardoso, — para não falar senão naqueles que a morte nos arrepanhou. Os materiais encontram-se careados com desvelo e com canseiras. Cabe agora à geração que sobe traçar o plano, meter o esforço à santa cruzada do resgaste! Cumpre-nos, por um encargo indeclinável, congraçar numa síntese positivista os subsídios trazidos dos quatro cantos da esfera. A *Verdade portuguesa* aparecerá assim como um sistema prático de cura aos que já não crêem no soerguimento da Pátria ¹.

Em «A hipótese do Homo Europeus», referindo-se aos feiúcos, desenvolve António Sardinha:

«Mais arrojadas que as outras raças do Levante mediterrânico, as gentes manhosas da Fenícia arriscaram-se até às plagas de mistério em que a mitologia instalara o Orco terrível. Empurrava-as já o génio cosmopolita do vendilhão que mais tarde iria pelo Universo fora propagando as seduções do Bezerro-de-Oiro. Mas ao transpôr os limites máximos do mundo conhecido, em vez de se defrontarem com os monstros marinhos da Fábula, atalaiando de noite e dia o rio Oceano, por cujas ribas desoladas os Manes se arrastariam aos ais, é com uma civilização assombrosa que se encontram cara a cara na sua ganância solerte de andadores de bons negócios.

De cá haviam de levar o alfabeto, que no Ocidente se evidencia em inscrições que sobem provavelmente aos últimos adeuses do neolítico. (Estácio da Veiga, *Antiguidades monumentaes do Algarve*, tomo IV. cap. VII; e Ricardo Severo, *Origens da nacionalidade portuguesa*, pag. 26 e 27). De cá transportaram cultos e ritualismos, costumes e práticas sociais. Um apertado isolamento nos envolvia. Cuidadosamente o conservaram os nosso descobridores de acaso. Falhos de capacidade inventiva, como todo o semita, valia-lhes a inexcedível força de assimilação que caracteriza as imagens sensíveis.

¹ *O Valor da Raça*, págs. XXVIII e XXIX;

Mergulhados no silêncio e na sombra, nós continuamos a trabalhar para eles. E são eles que, apossando-se das conquistas naturais do nosso engenho, figuram perante os textos clássicos como os criadores de quantos dons de indústria e de sociabilidade a profunda alma atlântica ensinou às compácias massas humanas do período de bronze. Eis como se concebeu o demorado preconceito fenício que tanto vicia a bela mentalidade de Herculano e obliqua em perspectivas erróneas as conclusões do insigne Martins Sarmento, sem dúvida um dos grandes anunciantes da moderna corrente ocidentalista»².

Analisando «O Génio Ocidental», António Sardinha desafia a «prioridade sustentada da *Argonautica*» e escreve:

«Ora se a *Odyssea* se ressentia do texto primitivo da *Argonautica*, esta é, pelos trabalhos memoráveis de Martins Sarmento, nada mais que a adaptação duma lenda atlântica, reproduzida em períplos fenícios, aos horizontes contraditórios do Levante mediterrânico. De modo que, desbaratada por métodos positivistas a miragem helénica, é para um período anterior, mais embrulhado na espessura dos séculos, que no presente as atenções se dirigem, na ânsia de lhe arrancarem o segredo do continente enigmático para onde a Virgem de Thebas abalou, cavalgando através das águas o toiro enamorado. Assim, ao preconceito grego, sucede o preconceito semita. Os mercadores de Tiro passam a conduzir por largas décadas o facho resgatador da civilização. Como corifeu dessa atitude científica, destaca-se Victor Bérard, para quem a *Odyssea* se reputa como um roteiro fenício, emoldurado à viva força numa topografia falsíssima. É ainda o defeito intelectualista que interceptou a visão aproximada que o ilustre Martins Sarmento se construía do incompreendido mundo ocidental. Mas a ilusão desfaz-se de pronto, desde que se fixa o século XII antes da nossa era como a data do aparecimento das embarcações fenícias nas Cassitérides»³.

² *O Valor da Raça*, págs. 8 e 9.

³ *Idem. idem*, págs. 42 e 43.

Também em nota ao seu estudo «O Sul contra o Norte», no qual se refere à invocação das influências cartaginesas evidenciando a inanidade de afirmações de Basílio Teles, argumentava António Sardinha:

«Era de resto, entre nós, a opinião do sábio arqueólogo Martins Sarmiento. Na sua *Ora Maritima*, 2.^a edição, diz ele a págs. 146-147: — «Mesmo com respeito à civilização dos Phenícios (*Tyrios e Carthagineses*), em que se poderia pensar, nota-se com certa surpresa que no sul da península iberica, onde eles se mantiveram quasi ininterruptamente desde o seculo XII a. C. até à segunda guerra púnica, tão insignificantes sejam os vestígios da sua ocupação e da sua influência, que ninguem diria que elles por ahi demorassem tantos seculos, se a historia o não affirmasse peremptoriamente»⁴.

Penetrando na influência dos Árias, comenta António Sardinha:

«Pelas declarações da etnogenia, de mãos trocadas com o positivismo arqueológico, não é ao Aria, cuja encarnação aproximada, em realidade se verifica no *H.-Europoeus*, que nós podemos atribuir a autoria duma cultura tão cheia de independência e cunho fisionómico. Conhecido que o pequeno dolicoide é que a transmite por toda a parte, lá desde as praias da Irlanda às paragens doces de Creta, não se me afigura também com entrada a debatidíssima solução turaniana»⁵.

Nesta base, António Sardinha prossegue:

«Desta sorte, a cultura dita oeste-europeia penetraria entre nós pelo norte da Península, na descida dos povos para zonas mais amoráveis. Tal é o juízo em que o insigne Martins Sarmiento assenta o seu ligurismo, que se abastece doutrinariamente duma imaginária de proveniência ariana. A Martins Sarmiento nós temos obrigação de

⁴ *À Sombra dos Pórticos*, pág. 9 (nota).

⁵ *O Valor da Raça*, págs. 62 e 63.

venerá-lo como um espírito eleito que adivinhou toda a revolução científica que anda deslocando para o nosso Ocidente, onde ficava a maravilhosa Tharsis da passagem de Ezequias, o berço do milagre que a fantasia dos sábios teimou em instalar nas dobras enigmáticas do Pamir. Todavia, por muito que o trabalhador formidável da Citânia se adiantasse na reconstituição dos textos primitivos da *Ora Maritima* e da *Argonautica*, pela posição da época e das teorias preponderantes, Martins Sarmiento não se pôde eximir a certas idéas feitas.

A uma linha de verdade, coube ficções eruditas que lhe interceptaram a plenitude da visão. Creta não se desentranhara ainda na opulência sem conto das suas riquezas. Apenas Mycenae se conhecia. E bem sensacional é aquele estudo no primeiro fascículo da *Portugalia* em que Martins Sarmiento compara com os achados de Schliemann no Levante alguns fragmentos architectónicos de Briteiros e Sabroso. A afinidade, porém, é para ele mais um indício do Aria iniciador, derramando pelas cercanias da Ásia-Menor os profundos dons do seu génio e dirigindo-se de seguida ao seio dos Hiperboreos e dos Cimérios na árdua faina de missionário dos povos. O avanço, — como se supuzera —, não se teria produzido pelo Mediterrâneo, sempre à vista de terra, com ilhas de permeio promovendo a facilidade da rota. Parando um momento na facha convidativa do extremo oriente europeu, o Aria enfiaria antes pelo Danúbio numa lenta ascensão; e, aproveitando-se do Rheno, iria pela acessível navegação fluvial dar consigo no Mar do Norte. Eis como se prepara a floração abundante do período bronzífero, segundo Martins Sarmiento, que assinala à chegada dos Arias os últimos arrancos da pedra polida.

Nem Martins Sarmiento dispunha dos materiais fornecidos pela filologia comparada, quanto à naturalidade europeia do homem loiro, nem quanto à data recentíssima dos hinos védicos. Insulado no outeiro da Citânia, ele resulta por isso bem mais admirável quando pela simples interpretação dos textos clássicos se apercebe desse caminho interior que as migrações tomariam. O erro esteve apenas na inversão dos dados do problema. Uma grei atlântica é que desceria para o oriente mediterrânico pelas estradas

fluviais do Reno e do Danúbio. Nunca um povo asiático romperá por elas acima»⁶.

Dentro desta tese, António Sardinha prossegue:

«Eu me explico. O pequeno dolicoide individualiza-se, sem dúvida, pelo florescimento das indústrias do bronze. Mas desde que recentes descobertas nos indicam o ferro como comunicado às zonas mediterrânicas pelos negros da África, não custa a conceber que o habitante da margem atlântica igualmente o conhecesse, visto que, pelas reconstituições topográficas de Martins Sarmiento sobre o fundo original da *Argonautica*, a nevegação no Ocidente haveria descido até às alturas do Bojador nessa hora atrasada da história.

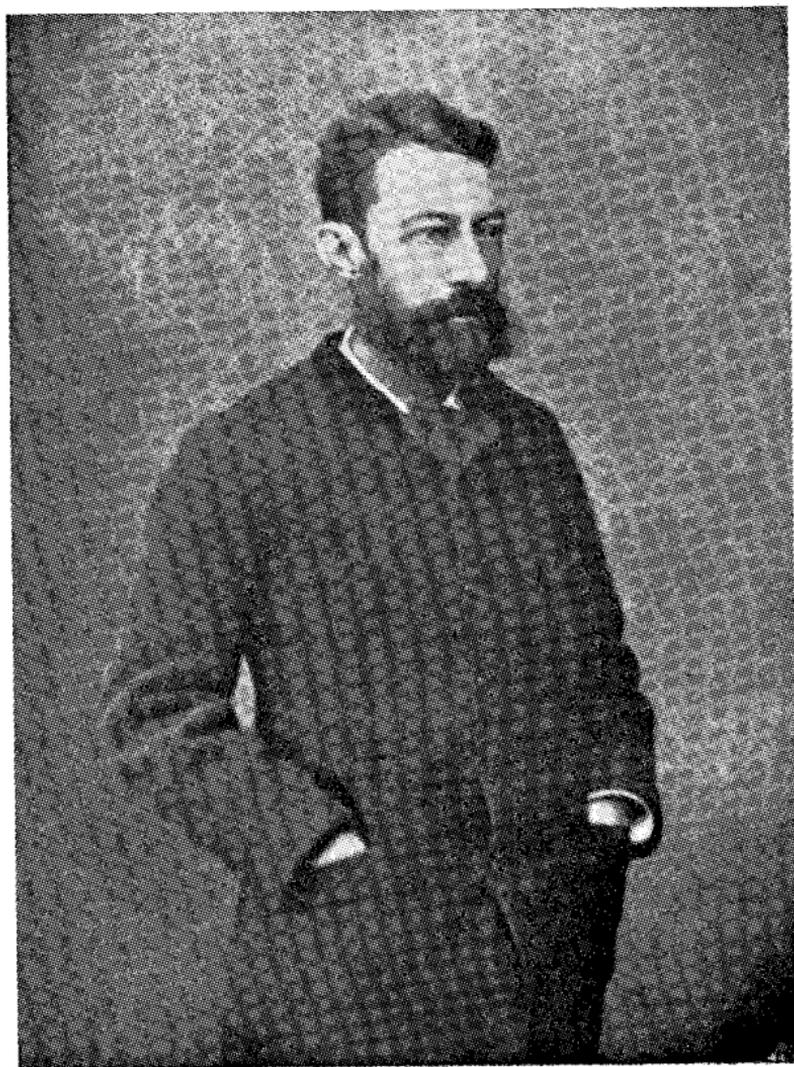
Paralelamente, o cunho primitivo da casa micénica, tal como a representam as urnas funerárias recolhidas em Creta e se reconstitue nas edificações da nossa Citânia, acusa-nos pelo telhado em cone um clima pluvioso, pertencente a outras latitudes que não as do Mar Egeu»⁷.

Acerca do *H.-Alpinus*, diz António Sardinha:

É o *H.-Alpinus*, de cabeça globosa, estatura abaixo da média, moreno e mesorrínico. Exemplifica-se pela classificação de *raça de Grenelle*. Deniker objectiva-a de *cevenola*, por quanto na região das Cevennes é que se acantonam os seus representantes mais lídimos. Estabelece-se-lhes uma linhagem mongoloide, com apertadas ligações eslavas ou fínicas. Em Portugal preparou o cruzamento mesaticéfalo que se destrinça na nossa composição antropológica. Não é, contudo, como factor étnico, duma influência tão decisiva, como se depreende do ligurismo sustentado pelo insigne Martins Sarmiento e ao depois por toda a obra de Teófilo. Predominou mais na hereditariedade espanhola, misturando-se com a possível transfusão shumero-acadeana em que filia, com base ou não, a ascendência do íbero.

⁶ *O Valor da Raça*, págs. 64 e 65.

⁷ *Idem*, *idem*, pág. 73.



MARTINS SARMENTO

A qualificação de *H.-Alpinus* veio-lhe do massiço helvético, por lá preponderar, a partir da Idade-Média»⁸.

Prosseguindo:

«Claro que modernamente o celta é o homem loiro contemporâneo da espada de ferro, não valendo senão como um sinónimo do ária conquistador, ao contrário do que se supunha nas apostas subjectivistas dos sábios em que ora figurava de lígure, confundido com o substractum aborígene, ora o tinham como um povo estranho, instalando-se no Ocidente pela ocupação. Martins Sarmiento, para esclarecer as posições do seu ligurismo, alvitrou a diferença entre o celta da história, que é o *H.-Europæus*, e o celta da arqueologia, incarnado no lígure para o insigne vimaranense, mas que, quanto a mim, é o *H. Mediterraneus*, ou, mais justamente, *Atlanticus*.

O recuo operado pelos trabalhos de Martins Sarmiento na data da nossa formação étnica levou Teófilo Braga a perscrutar a administrável cultura pre-árica, a que o Ocidente ascendera»⁹.

As discordâncias de António Sardinha em nada diminuem a figura de Martins Sarmiento, antes se manifestam numa admiração pelo sábio vimaranense. Acompanhemos, pois, António Sardinha no seu estudo:

«As teogonias gangésticas rezam que Atlas, filho de Uranus, inventara a esfera e formulara as primeiras leis astronómicas, reinando entre o povo dos Atlantes. Esta reminiscência da sabedoria bramânica pode aproximar-se das linhagens míticas conservadas por Diodoro Sículo acerca dos Atlantes, com Uramus e Titéa por tronco dos seus reis. Martins Sarmiento publicou a tal respeito um estudo curioso na *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, onde asseverava que «os Atlantes de Diodoro não têm nada a ver com os habitantes da famosa Atlântida, de que nos falam Platão, Theopompo e outros, e que um cataclismo

⁸ *O Valor da Raça*, págs. 76 e 77.

⁹ *Idem, idem*, págs. 78 e 79.

teria devorado». Pelo contrário, «eram os povos estabelecidos pelas costas do Atlântico, — esclarece o ilustre arqueólogo — desde o Mar do Norte ao Atlas e que para o nosso historiador tinham uma existência tão verdadeira, como qualquer povo seu conterrâneo».

Se Martins Sarmiento visse, com certeza que emendaria o texto transcrito, passando a encarar nos Atlantes de Diodoro os naufragos salvos da tremenda catástrofe, de que se guardaram écos duradoiros na memória dos índios da América. Efectivamente, o «império de Xibalba», dominando por longas terras e duma vez engolido de súbito pelas águas, era o tema de mais de uma narrativa entre os naturais da América do Centro quando os espanhóis ali chegaram»¹⁰.

Volta António Sardinha ao ocidentalismo de Martins Sarmiento, escrevendo a propósito:

«Recapitulemos nesta altura as bases do ocidentalismo de Martins Sarmiento. Para o nosso ilustre arqueólogo, localizadas as Cassitérides na Grã-Bretanha, antes de elas serem alcançadas pelas nave fenícias, já o tráfico do estanho de lá se operava para o âmago da Europa pelas vias fluviais do Reno e do Danúbio. Martins Sarmiento julgava que esse caminho fora descoberto por uma imigração proto-árica subindo por ali acima até às costas do Mar do Norte. Varrida, porém, a miragem ariana com relação ao Ocidente e aceite a natureza oéste-europeia da cultura do bronze, a verdade desvenda-se-nos de súbito desde que se inverta o rumo do suposto êxodo. A emigração seria do pequeno dolicoide, que não só alcançou o Oriente enfiando pelo Mediterrâneo, mas que encontraria para lá uma segunda estrada através dos trilhos custosos dos Balkans. É dos Balkans que pelasgos e frígios surgem, — os sinais e as indústrias, levados por eles, são os sinais e as indústrias do nosso Ocidente na hora máxima da actividade do homem-meão»¹¹.

¹⁰ *O Valor da Raça*, pág. 87.

¹¹ *Idem, idem*, págs. 98 e 99.

António Sardinha alude ao culto da cegonha, de que vamos transcrever estas passagens:

«A cegonha na Tróada honrar-se-ia como um pássaro protector, porque, segundo o testemunho de Schliemann, a planície ilíaca tornava-se inhabitável por causa das cobras, se as cegonhas na primavera as não devastassem. Expressivo é o mito de Antígone, a irmã amável de Priamo. Presunçosa da sua bela cabeleira, Antígone não hesitava em compará-la à de Hera. Irritada, a deusa transformou-lhe as tranças em serpentes. Por compaixão o Olympo transformaria de seguida a donzela em cegonha para se ver livre dos répteis. Os Penestes da Tessália, de genuína extracção pelágica, achar-se-iam na necessidade de fugirem também das serpentes, se as cegonhas não viessem em seu auxílio. Prestavam-lhe por isso honras divinas proibindo que as matassem sob penas serveríssimas. (Salomon Reinach, *Oisaux et svastikas, in Cultes, Mythes et Religions*, tom. II, págs. 234-249).

O culto da cegonha alastrou-se em práticas registadas no folclore pela Suíça, pela Holanda, pela Espanha. Nós sabemos como a cegonha se venera em Portugal, chamando-se-lhe «*galinha de Nosso Senhor*» e havendo-se por ave de bom agouro. As antigas posturas municipais andavam cheias de interdições a seu respeito; e eram por vezes os magistrados do concelho que lhes acautelavam o poiso durante os largos mese de ausência. (*Anedoctas de Elvas, colligidas pelo corregedor Mendonça*, pág. 9, Elvas, 1913). O singular é que a tradição atribuída aos habitantes da Tessália se encontra em Martins Sarmiento na *Ora Maritima* com referência à velha *Ophiuseæ frons* dos périplos fenícios. Segundo o texto de Rufus Festus Avienus, *Ophiusa* vem de serpente. E é o caso que os *œstrymnios*, povos indígenas desta facha atlântica, teriam de se retirar diante duma invasão de cobras, deixando a terra vaga». (Versos 154-57, *Ora maritima*, de Martins Sarmiento, pág. 74, 1.^a edição)¹².

¹² *O Valor da Raça*, págs 98 e 99.

Ao definir as linhas mestras do «Integralismo Lusitano», acentuava António Sardinha:

«Enquanto Teófilo se encerrava no remanso do gabinete e vinha por lampejos divinatórios ao encontro do Lusismo, desenrolara-se cá fóra a cruzada amorável dos folcloristas e dos arqueólogos. Eu acabo de mencionar a *Portugalia*. Citarei a *Revista Lusitana*, sem esquecer a *Tradição* e o *Archeologo Portuguez*. Como Rocha Peixoto, Ricardo Severo, António Tomás Pires, Santos Rocha e tantos outros cavaleiros de resgate, radicava-se o movimento iniciado por Estácio da Veiga ao sul e Martins Sarmento ao norte...»¹⁸.

Na razão deste princípio, proclama António Sardinha:

«Estamos de posse de uma civilização, — da civilização lusitana. Já não há direito para se perguntar se somos uma raça, — quais são os nossos títulos de independência. Descem eles do íntimo da idades. Não foi o Acaso que nos confeccionou de afogadilho, como que para acudir à pressa da encomenda. Não nos cabe, por consequência, a sorte inglória dos que nasceram engeitados e se abastecem à custa das ocasiões perdidas. Temos um alvo. Para lá se chegar, nós, e só nós, é que rompemos a estrada.

Em frente de Castela alcemos como o pavilhão mais belo do nosso separatismo a disposição de natureza que levava, dum lado, os Lusitanos a permanecerem inassimiláveis, e do outro, os Íberos a confundirem-se com os Celtas, depois de combates preliminares. Enquanto o nosso dolicoide enterra os seus mortos, o Íbero abandona os dele à devastação das aves de rapina. Ora aqui está um traço psicológico que nos distingue uns dos outros para sempre. O Íbero, descendente de massas ambulantes, nutre-se da pastorícia e vai arrebanhando o que pode durante a passagem. Se alguma coisa se conta na Espanha que se aparente ao Lusitano é o enigma basco. Também os Cantabros resistem pelo lirismo da Esperança. Houve uma sibila que lhes prometeu um salvador no futuro. Pregados na

¹⁸ *O Valor da Raça*, pág. 145.

cruz pelos inimigos vencedores, insultava-os com fereza até morrer, entoando em coro os seus hinos de guerra. É a *fides* tradicional dos Lusitanos que acompanhavam na morte os chefes jurados. Tudo mais que a Ibéria nos manifesta em face da Lusitânia é a diferença, o antagonismo. Silius Italicus soube assinala-lo com a *eterna divortia* da *Punica*. «A actividade comercial entre os povos do sudoeste da Hispanha e a Inglaterra que o periplo do século VI acentua (Avieno, *Ora Maritima*, 113-14), contrasta singularmente com a ausencia quasi completa de relações entre os primeiros e os povos da costa oriental da península, — repara Martins Sarmiento. Dir-se-hia que a gente das duas regiões nem se entende, nem se quer entender». (Os *Argonautas*, pág. 223. Porto, 1887) ¹⁴.

Mas o Íbero continua a merecer a atenção e os esclarecimentos de António Sardinha:

«Por várias que sejam as etimologias da palavra *ibero*, eu aceito como a mais harmónica com as indicações da arqueologia aquella que A. de Paniagua nos conta: — *i*, artigo aglutinador, e *bar*, *br*, que em sanscrito exprime tanto como «*mercadejar andando*». (*Historia da Litteratura Portugueza*. I. *Idade Media*. Pág. 62). *Ibero* era, portanto, o mesmo que «*vendedor vagabundo*», o que nos recorda o shamanismo traficante de amuletos, tão próprio do *acad*, com os seus gostos teocráticos apanhados na Caldéa, donde proviera. Strabão menciona uma Ibéria junto do Caucaso. Pelas portelas setentrionais da Europa penetraria o êxodo em que a Índia dravidiana se fez talvez representar com influência.

O turbilhão atraíra no trajecto a massa ciperbórea, ou scítica, que morava perto da Ursa, nas altas regiões geladas. Num cortejo de bruxos o misterioso invasor se adiantara com demoras sacerdotais até junto das gargantas pirenaicas. Topando na viagem os rebanhos pacíficos do braquíoide alpino, conferiu-lhes pela unidade religiosa a disciplina social que lhes faltava. E quando penetram na Península veem em tom hostil, submetendo,

¹⁴ *O Valor da Raça*, págs. 166 e 167.

— quem sabe? — outras populações do mesmo tronco que o *H.-Atlanticus*. A Ibéria do Caucasso é uma lembrança das tribos dessa migração que por lá estacionaram. E com a chegada do indivíduo de cabeça globulosa relaciona-se provavelmente a reminiscência conservada nos textos antigos acerca dum povo fugido de Espanha, — os Sicanos —, que se estabeleceram na Sicília. (Martins Sarmiento, *Les lusitaniens*, nota de página 29. Lisboa, 1880).

E António Sardinha interroga:

«Não será o indício da deslocação provocada nas camadas aborígenes pelo aparecimento do Ibero?»¹⁵.

Em nota 3, a pág. 6 de *O Valor da Raça*, António Sardinha salienta:

«Vid. toda a obra de Martins Sarmiento, principalmente: — *Ora Maritima*, *Os Argonautas* e *A Arte mycénica no noroeste de Hispanha* in vol. I da *Portugalia*. Aos trabalhos de Martins Sarmiento me encosto quando não documente as afirmações que haja de fazer».

Na conferência realizada na sala nobre da Liga Naval Portuguesa, em 7 de Abril de 1915, depois reunida no volume *A Questão Ibérica*, editado em 1916 com outras conferências ali pronunciadas, afirmou António Sardinha:

«Acreditou-se por muitos anos que era aos Árias, — a esses aposentados povos iniciadores, que nós devíamos os tesoiros poéticos dispersos na tradição oral. Assim se imaginava e o imagina ainda a ciência oficial, que é, como toda a gente sabe, do tempo em que apareceram as deligências. Porém, em face das conclusões rigorosas da arqueologia, admite-se hoje pelos trabalhos memoráveis de Martins Sarmiento que a *Argonautica* não é mais que a reprodução aliteratada dum périplo fenício, desenvolvido sobre as águas do Oceano-Atlântico. Idêntico *abstractum* se descobre para os poemas de Homero, reputados como uma adapta-

¹⁵ *O Valor da Raça*, págs. 167 e 168.

ção ao Mediterrâneo levantino dalgumas esmaecidas lendas marítimas, comemorativas das navegações fabulosas dos povos do Ocidente»¹⁶.

No seu estudo sobre «O Século XVII», ao referir-se ao «Sebastianismo», que para António Sardinha «significa e importa um conjunto de sentimentos e de forças morais que excede a figura restrita de D. Sebastião, alude ao entrelaçamento notado por Menéndez y Palayo da crença sebástica com as entranhadas raízes do lirismo português, e escreve:

«O parentesco evidente do mito do Encoberto com o mito do Rei Artur obrigava Menéndez y Palayo a recorrer para um recuado fundo étnico, que o insigne polígrafo qualificava de «céltico», forçado pelo celtismo erudito da época em que escrevia. Sem discutirmos agora qual a natureza desse *subtractum* étnico, — se céltico, se ligure, ou se até ibérico, convém recordar que na sua *História de los heterodoxos españoles*, Menéndez y Pelayo, encostado a um passo célebre de Suetónio, nos fala duma sibila de Clunia, — *fatídica puella*, que prometera à sua tribo oprimida um salvador no futuro. Para os que se gastam a denunciar o Sebastianismo como uma afloração espúria do messianismo judaico, tanto as suas afinidades com o mito de Artur, como o facto apontado da *fatídica puella* de Clunia emancipam-no prontamente dessa indicada ascendência israelita. Os elementos bíblicos que transitaram para a religião sebástica forneceu-lhos a mística cristã. Na hora de Seiscentos, em que aparecia o opúsculo de Lucindo Lusitano, (Luís Marinho de Azevedo), em favor de D. João IV, — *El Principe encubierto, manifestado en quatro discursos politicos exclamados al rei D. Philippe IV de Castilla*, Lisboa, 1642, corria também em Madrid *El principe escondido (Meditaciones, de la vida oculta de Cristo, de los doce hasta lo treinta años)*, por fr. Marcos Calderon, Geral dos Mercedários e Pregador de Filipe IV. A linguagem do nosso mito nacionalista ajusta-se, pois, à linguagem simbólica da Igreja. Não carecemos, por isso, de degenerar o que é flama acesa do nosso génio numa superstição passiva sem dignidade nem grandeza.

¹⁶ *A Questão Ibérica (O Território e a Raça)*, págs. 47 e 48.

Mas eu referia-me à sibila de Clunia, — à *fatídica puella*, mencionada por Menéndez y Pelayo. Não passou ela despercebida ao nosso infatigável Martins Sarmento. Em nota a págs. 273-274 dos seus *Argonautas (Subsídios para a história antiga do Ocidente)* consigna o doutíssimo arqueólogo: «Para completar a sua obra, não seria estranho que os druidas semeassem a promessa dum libertador. Não há notícias deste messianismo na Gália; mas vamos encontra-lo na Espanha, na Cantária, onde menos se esperava. Quando Galba subiu ao trono, viu-se nele o libertador do mundo, profetizado dois séculos antes por uma virgem cantábrica (Suetónio, Galba, IX)... O noroeste da Espanha foi talvez o refúgio de muitos Ligures da Gália e da Inglaterra. É de alguns desses países que vem o misterioso messianismo dos Cantábros?». Se Martins Sarmento atendesse à irmandade em costumes e instituições de Lusitanos, Galaicos, Astures e Cantábros, expressamente testemunhado por Strabão, não carecia de formular a pergunta. A *fatídica puella* de Clunia insere-se no mesmo fundo étnico, de que derivou depois o Encoberto. E tão autóctone tal *abstractum* se nos revela, que relacionando-o com os primeiros cânticos galaicos, Menéndez y Palayo, para provar o indigenato destes, sublinha sábiamente nele uma ausência total do carácter bélico. Pretendo eu, por meu lado, sustentar que o Sebastianismo, como expressão dum determinado estado psíquico, seja afirmação exclusiva da árvore genealógica em que a grei portuguesa se entronca? De modo nenhum. Decerto que o Sebastianismo, propriamente dito, é apenas nosso, mercê da figura histórica que o corporizou. Mas a ânsia messianista que o inspira pertence ao património sentimental e místico da humanidade¹⁷.

Igualmente nas considerações que faz no seu estudo sobre «A pátria portuguesa», apontando «o lirismo» como «a virilidade e a decisão que tornaram possíveis os grandes actos, tanto na existência dos povos como nas dos indivíduos», escreve António Sardinha:

¹⁷ *Da Hera nas Colunas*, págs. 261-264.

Obcecado pela miragem erudita do Ligurismo, Martins Sarmiento ia pedir lá fora a explicação de factos passados na Península. Sabe-se pelo testemunho de Strabão que, Lusitanos, Galaicos, Astures e Cantábros se aparentavam estreitamente nos costumes e nas instituições. De que mais se precisa para que fique documentado suficientemente o nosso ponto de vista?»¹⁸.

A propósito das discussões que se estabeleceram sobre o Sebastianismo «como fonte de energia positiva, na dinâmica da alma nacional», voltava António Sardinha:

«Não traçaremos aqui a genealogia emaranhada do Encoberto. Mas não deixaremos de assinalar que Menéndez y Pelayo focava bem a questão relacionando-a com o nosso *subtractum* étnico. Para lá, e muito para lá de Artur, está o Saturno das lendas proto-históricas do Ocidente, de que Martins Sarmiento se ocupa com largueza em *Os Argonautas*. Aí a origem longínqua do Sebastianismo, que a mística do Cristianismo depuraria, conferindo-lhe mais coesão e ideal. Sinal assim da enraizada autoctonia do Lusitano, encontra a sua tipificação histórica em D. Sebastião. E se nos recordarmos agora da significação social dos Mitos, como Georges Sorel a concebe na sua conhecida teoria, abrangeremos por completo o alcance e a influência do Sebastianismo ao longo da nossa História¹⁹.

Por isso, no mito do *Desejado*, predomina em António Sardinha «tanto a influência do Oceano, como a miragem constante da Ilha-Afortunada, onde o *Encoberto* aguarda que se cumpram, para a sua volta, o ano e dia das Profecias. Já no *Amadis* o *Donzel do Mar* nos deixa entrever essa inclinação instintiva para o enigma das ondas que vão e vem no seu fadário sem repouso.» E acrescenta na sua lógica de poeta enamorado: «O *Encoberto*, produzido como criação colectiva em condições de anonimato análogo ao das diversas gestas castelhanas, guarda consigo inalteravelmente a fisionomia vincadíssima do espírito social que o gerou e tornou possível. É um herói da lenda, sim, res-

¹⁸ *A Aliança Peninsular*, nota a págs. 99-100.

¹⁹ *À Lareira de Castela*, pág. 279.

plandecendo bravura e vitórias, mas um herói paternal que vem somente para restituir ao seu povo em desgraça a grandeza e liberdade perdidas. Nele se expressa, e em termos de identificação imediata, aquela modalidade psicológica que no *Amadis* tanto impressionava o ilustre Menéndez y Pelayo, ao reconhecê-lo tão diverso dos férreos guerreiros da epopeia medieval do centro da Península. É essa uma outra fibra, — a fibra duma raça conquistadora, partindo para a derrota do inimigo, através dos ermos infinitos, onde a luz crua do sol faz alucinações. São já as caminhadas que D. Quichote ao depois galoparia.

Contrariamente, ao *Encoberto* palpita a aspiração nativa duma grei, fortemente apertada ao solo, a cuja imagem e semelhança deseja viver e morrer. Resgatador dos Lares e Altares, eis a missão assinalada do *Encoberto*, que não vagueia pelas estradas sequioas e ardentes atrás dum ideal abstracto de justiça e magnanimidade. Comparem-se bem de perto as duas figuras, — D. Quichote e o Desejado. Notar-se-á desde logo que o primeiro é um espectro de cavaleiro-andante, só compreensível debaixo do céu esbraseado, — no braseiro vivo dos páramos intermináveis da Meseta, enquanto que o segundo, recebido em manhã de bruma sobre as areias doiradas de Portugal, transpõe a curva misteriosa das águas, embebido talvez no enlevo místico da *Demanda do Prestes-Joham*. Em conformidade com o exposto, dois *ethos* se nos denunciam assim, definindo as diferenciais que individualizam, quer ideativa, quer historicamente, a Portugal e a Castela. Que individualizam, mas não separam, — acentue-se. E não separam, porque da justa colaboração de ambas as pátrias, cada uma na plena autonomia da sua personalidade, é que resultou o que, sem desprimor para nenhuma, se pode e deve chamar «civilização-hispânica»²⁰.

Mas voltemos à admiração de António Sardinha por Martins Sarmiento manifestada ainda nesta passagem que transcrevemos do seu estudo intitulado «A Herança de Garret»:

(20) *A Aliança Peninsular*, págs. 131 a 133.

«Vasculhando na poeira das civilizações defuntas, Martins Sarmiento e Estácio da Veiga ligarão a gênese da pátria a um *ocidentalismo* cada vez mais provado, donde nos sai, no seu sentido histórico, a árvore-de-geração de Portugal», acrescentando: — «Depois da Citânia, — necrópole minhota a que é preciso subir para rezar ao sol de Deus a oração da Raça! — desenterram-se os castros do Norte, — encadeia-se a sua sociabilidade rude com os esplendores longínquos de Tirynto e de Mycenae»²¹.

E reafirma-se nesta passagem do estudo consagrado a António Tomás Pires, «um desses raros preparadores da energia nacional»:

«Da citânia minhota, Martins Sarmiento falará, falará do cômodo algarvio Estácio da Veiga. Do cerro de Santa Olaia, a par da vila das Senhoras-Infantas em campos doces do Mondego, avultará Santos Rocha, — povoando a corôa dos castrejos do norte, Rocha Peixoto alcançará a rosa extática do firmamento. Os lugares-santos em que as raízes da Raça se confundiram com as raízes da terra, — em que a Raça ateou os fogos que afugentaram as feras, que estabelecem a comunidade e confortam a carne, hão-de como identificar-se num corpo e numa alma para que o invencível humus original, para que a profunda resistência nativa irrompa das fontes de maravilha em que dragões lendários a retêm a sete selos e seja por monte e vale um acordar vigoroso de ressurreição. Nessa hora, mais que todas as outras tremendas, o Homem de Boa-Vontade, que à sombra da igreja episcopal do *Hyssope* trabalhou durante trinta anos, lá estará a pé na colina branda em que os élvios assentaram as fornalhas, arvoraram as tendas e tiveram para com Endovélico uma era fumegante»²².

Outras referências há de António Sardinha a Martins Sarmiento, mas estas já também relacionadas com Alberto Sampaio, de quem tratamos no parágrafo seguinte.

²¹ *Ao Ritmo da Ampulheta*, pág. 8.

²² *De Vita e Moribus*, pág. 139.

§ 2.º

ALBERTO SAMPAIO

Vimos como Martins Sarmiento foi citado por António Sardinha em alguns dos estudos por ele publicados, mais propriamente nos de carácter histórico-arqueológico.

Mais citado, porém, foi Alberto Sampaio por quem António Sardinha mostrou sempre profunda simpatia. E de tal maneira essa simpatia se manifestou que o seu discípulo, meu saudoso amigo, Manuel Múrias, no introito às *Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio*, da autoria de J. Lúcio de Azevedo, publicado em 1925, punha em relevo:

«Por uma singular coincidência, a série de publicações a que António Sardinha quis pôr o nome de Alberto Sampaio inaugura-se com um estudo sobre o eminente historiador das *Póvoas Marítimas*. Firma-o o nome de J. Lúcio de Azevedo. E em boa verdade, para honrar Alberto Sampaio, não sei onde buscar em nossos dias mais nobre e douta pena do que a deste ilustre mestre e venerando colaborador da *Nação Portuguesa*».

A revista *Nação Portuguesa* era, nessa altura, dirigida por Manuel Múrias que no referido intróito ao estudo de J. Lúcio de Azevedo também presta, desta maneira, a sua homenagem ao ilustre escritor vimaranense:

«Alberto Sampaio ainda há pouco era desconhecido da maior parte dos homens que se presumem cultos em Portugal. Para quem o leu, porém, e meditou as suas páginas onde a cultura seguríssima apenas é exercida pela sagacidade crítica do historiador, o nome de Alberto Sampaio avulta com três ou quatro, — entre Herculano e Gama Barros, — como um dos maiores espíritos que à história nacional se consagraram. Como não tinha ambições nem quis provocar em seu proveito o elogio fácil dos profissionais da *Crítica*, Alberto Sampaio morreu admirado e querido apenas de um pequeno núcleo de amigos que o apreciava e compreendera, mas completamente desconhecido de quase todos.

No entanto, as obras de Alberto Sampaio iluminam maravilhosamente alguns dos mais recônditos escaninhos das origens de Portugal — dos portugueses —, e é toda a ânsia organizadora da grei que nós vemos crescer e palpitar naquelas páginas. Pela primeira vez o terceiro estado surge nas laudas de um historia-

dor de génio, libertado daquela véu em que o encobriram os que, deslumbrados pelo fulgor das batalhas, pela acção dos senhores e dos reis, não haviam reparado no lento, profundo e persistente trabalho de organização que, desde as origens, nas vilas e nas póvoas marítimas o povo obscuro ia realizando.

Desde os seus mais remotos artigos na *Revista de Guimarães* sobre *A propriedade e a cultura do Minho*, até às *Póvoas Marítimas*, que deixou incompletas, — sem esquecer essas admiráveis «*Vilas*» do *Norte de Portugal*, — o trabalho de Alberto Sampaio foi admirável de lucidez e esclarecimento. «*No norte do país achava-se firmada a marinha mercante de longo curso, muito antes da aquisição de todo o solo nacional*». É de admirável ensinamento esta afirmação de Sampaio: — Portugal constituiu-se antes de atingir as fronteiras geográficas em que se confinou na Europa. E se repararmos que «*não obstante o senhorio das terras pertencer em teoria aos muçulmanos, a posse e a cultura delas, pagos os tributos, eram conservadas aos cristãos*», teremos compreendido desde o germen o desenvolver do país até o fim da primeira dinastia em que D. Fernando, habilíssimo organizador, deu à nossa vida marítima as condições de ordem que lhe permitiram correr depois a desvendar o mar Tenebroso.

Agora reparo que me deixei deslumbrar pelo prefácio-homenagem do meu saudoso amigo e companheiro de ideias, Dr. Manuel Múrias. E é com profunda emoção que eu alio o Mestre e o discípulo na homenagem que aqui fica consagrada ao grande historiador vimaranense, que foi Alberto Sampaio.

E não deixa de ser curioso assinalar esta confissão de J. Lúcio de Azevedo no início do seu mencionado estudo:

«Ao trato espiritual com António Sardinha, em seus livros e artigos, devo ter conhecido Alberto Sampaio, escritor notável e pensador egrégio, economista, historiador que da seiva de Herculano se nutriu, e na senda encetada pelo Mestre logrou encaminhar com proficiência seus estudos. Investigador minucioso, tinha igualmente o poder dar largas sínteses. O artigo intitulado *Hontem e hoje*, publicado em 1892, e que na edição das obras ocupa dezoito páginas, é um luminoso resumo da história da nossa pátria. Os leves senões que se lhe poderiam notar derivam do ambiente intelectual do seu tempo, e neles se vê ainda flutuante o pensamento de Herculano».

É a esse trato e contacto com as apreciações de António Sardinha que nós vamos alicerçar esta lembrança devida ao espí-

rito lucidíssimo de bom português e de bom vimaranense que foi Alberto Sampaio.

Por coincidência, a primeira referência de António Sardinha resulta da apreciação dos estudos de Sarmento. E é nessa sequência que ele escreve:

«Trazido do cimo das cidades para a ribeira, o antigo dolicoide acabou por se afazer a essa estação que o romano dominador lhe impuzera. Com a cultura cerealífera em escala progressiva, a *freguezia* irrompe consagrando a sede das várias explorações agrícolas. O ilustre Alberto Sampaio ressuscita o lapso tão ensombrado que, por sobre a ocupação latina, prepara os introitos da Nacionalidade. Na extraordinária monografia, «*As villas do norte de Portugal*», nós assistimos à formação e ao desenvolvimento da propriedade. Lá se verifica o afervorado sentido localista do Luso. Pelo favor das colheitas e com um carácter efectivo de patriarcalismo, uma espécie de aristocracia se corporiza e adquire recorte fisionómico. São os *domini*, que funcionam em detentores do direito, aplicando os usos e discernindo as contendas nos bancos toscos das fontes. Dos *domini* vão derivar os maiores da behetria que, à sombra da azinheira simbólica da Raça, assinam as cartas de foral com o Príncipe eleito para seu regedor vitalício.

Nascidos do seio da população e investindo-se de prestígio pelo consenso tácito das massas, os *domini* não predominam por mercê de situações de regalia. Traduzem a aptidão espontânea dos agregados para destacarem de si figuras que os signifiquem e encaminhem em justiça. Na véspera haviam sido os magnates da Citânia. Iam ser no dia seguinte os vereadores do Concelho. Essa magistratura pacífica é o estofa medular da Era de Quatrocentos. Encontra-se nas tábuas de Nuno Gonçalves, alinhando-se como fundo da dinastia exposta. Porque incarnavam todas as virtudes simples duma família de lavradores, nela se encerrou a consciência da Grey. Com ela Afonso III consolida o Estado. É por ela ainda que as Cortes-Gerais se enchem da ressonância honesta dos seus pareceres avisados»²³.

²³ O Valor da Raça, págs. 110 e 111.

Em *A Teoria das Cortes Gerais*, que escreveu como prefácio a uma edição da *Memória da História e Teoria das Cortes Gerais* do 2.º Visconde de Santarém, publicada em 1925, António Sardinha continuava:

«É preciso ver na nossa aristocracia afonsina o predomínio dum factor estranho que não se acomodava bem com os reservatórios anónimos da outra população. Não ignoramos a reciprocidade admirável das diversas camadas da nação no seu amanhecer distante. Dela traçou um quadro impressionante o ilustre historiador Alberto Sampaio na sua formidável monografia *As «vilas» do norte de Portugal*. Todavia, o testemunho das linhagens antigas não é para desprezar, quando atribui a origem da nobreza afonsina a trinta cavaleiros que se estabeleceram no Norte, segundo o *Livro-Velho*, pela época de D. Afonso VI, de Leão e Castela»²⁴.

Depois de uma referência ao estudo de Rocha Peixoto, *Formas da vida comunista em Portugal (summario de uma monographia inedita)*, interroga António Sardinha:

«O que são as assembleias locais, designadas por «chamados» na vertente transmontana do Marão, senão o germe embrionário, do qual, num grau mais avançado de sociabilidade e interesse resultam as agremiações municipais, e com elas, avançando-se mais, a interferência do *terceiro-estado* na direcção suprema do país? É bom recordar-nos sempre de que as instituições dum povo são a criação, de certo modo inconsciente, do seu génio, que é como quem diz, da sua experiência histórica. Ora, sabida a índole agrária do habitante dos castros e cidades da nossa proto-história, o trabalho monumentalíssimo de Alberto Sampaio, já citado, demonstra-nos como o dominador latino o trouxe dos cômoros atalaiados para as baixas por desbravar e como a nova ordem de coisas se começou a estabelecer assim. Dois importantes problemas se prendem a este facto, mais do que documentado e provado: — o problema das origens do município e o problema da ausência do feudalismo em Portugal.

²⁴ *A Teoria das Cortes Gerais*. págs. 74 e 75 (2.ª edição, de 1975).

O excessivo critério romanista, herdado dos homens da Renascença, predominou até hoje entre nós no sentido de nos apresentar o município com uma criação jurídica de Roma. Mais devagar, no entanto. Já Bluntschli nos ensina que não devemos confundir o município do conceito romano com a comuna rural, de precedência germânica, donde ele assevera que dimanam os Estados modernos. Paul Willens precisa a mesma ideia, quando escreve: — «No direito romano denominava-se *municipium* uma cidade aliada ou submetida, cujos habitantes tivessem recebido colectivamente do povo romano a *civitas romana*. Os municípios dividiam-se em duas categorias: os que haviam recebido a *civitas* sem sufrágio, equiparadas aos *aerari*, isto é aos que tinham direitos privados, e não direitos públicos, de cidadãos romanos; e os municípios com sufrágio, *jure bonorum*, e administração própria, gozando os seus cidadãos de direito integral de cidade em Roma (*Le droit public romain*, pág. 357).

Entende-se, pois, como o município significou entre nós o reconhecimento da parte de Roma conquistadora, para simples efeitos fiscais e policiais, de uns tantos núcleos rurais e urbanos, em que se condensaram, violentados pelas armas, os moradores bisonhos das citânicas»²⁵.

Emitindo esclarecidas opiniões na análise das interpretações do historiador Godefroid Kurth, António Sardinha pronuncia-se:

«Conforme o estudo lucidíssimo de Alberto Sampaio, a continuidade da raça manteve-se através da continuidade das suas instituições. Transformaram-se as cidades pré-romanas nas «vilas» da romanização. São por seu turno as «vilas» da romanização que dão lugar nas crescentes modificações sociais, à freguesia rural. «Todas as mudanças, porém, como já se disse, eram superficiais: o fundo antigo persistia inalterável: o modo de ser romanizado na sua multiplicidade — os costumes, a língua, o direito, as lendas, todo o domínio espiritual em suma, escreve Alberto Sampaio, — transmitia-se sem interrupções de pais

²⁵ *A Teoria das Cortes Gerais*, págs. 80 a 82.



ALBERTO SAMPAIO

a filhos; e os novos senhores, barbarizados pela pronssão de batalhadores infatigáveis, encontravam no povo com quem viviam intimamente, sempre vivas as tradições que renasciam em cada geração». (*As «vilas» do norte de Portugal*), pág. 110, Porto, Imprensa Moderna, 1903). Ora, na compreensão clara desse eio secular que prendia o lusitano da cidade ao portucalese da Reconquista, já um pouco antes Alberto Sampaio observara: — «Discuando os períodos anteriores, viu-se que a população antiga, não se desprendendo nunca do solo, era a antecessora da contemporânea da restauração que conservava ainda agora assás claras as gradações primitivas, facto confirmado, pela confrontação dos *Diplomata* com as *Inquirições*» (*Obr. citada*, pág. 105).

E António Sardinha prossegue:

«Se as instituições dum povo são a criação do seu génio, Alberto Sampaio ajuda-nos a compreender como no desenvolvimento social do nosso país a *continuidade* se observou sempre através da mais rigorosa *permanência*.

Assim se entende, como na formação das nacionalidades neo-góticas da Península, nós marcassemos logo de entrada uma personalidade verdadeiramente inconfundível. Mas oiçamos Alberto Sampaio: — «No esboço do largo período de quase treze séculos, tratado nas páginas precedentes, os factos examinados mostram-nos o desenvolvimento social, marchando sempre numa filiação histórica, desde quando a civilização romana, após a conquista pelas armas (14 anos depois de C.) se impôs à população vencida, imprimindo-se-lhe no espírito, de modo a tornar-se a base da sociedade, que ainda hoje subsiste. Fundam-se então as *Vilas*; nelas os chefes citanienses, instruídos pelos conquistadores, instalam em parcelas os clientes pobres, conforme o grau de dependência, e tomam para si uma secção, agricultada por servos... Coberto o país de prédios rústicos, sistematicamente organizados para a exploração agrícola, jamais se interrompeu o aproveitamento do solo e o alargamento da gente. Fixa-se a terminologia rural, da qual o neo-dialecto derivou a do uso corrente. A romanização, apagando a língua, os costumes e o direito indí-

genas, criou uma nova sociedade. É o período da grande e definitiva civilização» (*Obr. cit.*, pág. 150).

A que António Sardinha faz o seu esclarecido comentário:

«Pelo que fica dito, vê-se como Alberto Sampaio era ainda regido nas suas conclusões pela miragem erudita de Roma. A acção de Roma entre nós resume-se a funções de pura coordenação, não falando, claro, do fundo cultural, que uniformizou para uma maior sociabilidade os elementos originários, de que nós viemos um dia a dimanar. De resto, a disposição particularista do noroeste peninsular mais uma vez se confirmou na constituição do reino dos Suevos, absorvidos em 585 pelo império de Toledo. «Em 409 chegam os Suevos, — prossegue Alberto Sampaio —, mas o seu advento não provocou mudanças radicais; se ocasionou ao primeiro instante uma convulsão sobretudo política, a ordem facilmente se restabeleceu, unindo-se invasores e invadidos para formarem na Península um reino à parte até 585, ano em que os visigodos o absorveram. Consoante se vê do Código Visigótico, conservaram-se nas duas épocas as demarcações de propriedades, os usos e costumes e a organização social. Uma das poucas novidades foi a adopção pelos Hispanos de nomes germânicos, abandonando os romanos que tinham suplantado os das citânias. (*Obr. cit.*, *idem.*)».

E volta a insistir:

«É Alberto Sampaio quem continua falando. A confusão produziu-se mas foi com a Reconquista. A ideia da soberania andava ligada à ideia territorial. «O *Chronicon Sebastiani*, depois de enumerar as cidades conquistadas por Afonso I, acrescentando — «*exceptis Castris cum Villis & viculis suis*» (tomados os castros com as vilas e os seus lugarejos), repete uma tradição ainda muito viva no seu tempo: o rei não se limitou a ocupar só os lugares fortificados (*exceptis Castris*), substituindo o seu governo ao dos Árabes, mas apoderou-se simultaneamente dos prédios rústicos com as habitações que eles continham (*cum Villis & viculis suis*); por onde ele passava, toda a propriedade

ficava portanto incorporada na coroa». (*Obr. cit.*, pág. 92). É donde provieram as *presúrias*, distribuídas aos seus barões, que tudo tinham arrancado ao *Hismaelitarum jure*. Semelhantes alterações, provocando a confusão, não foram além do senhorio e da designação dos prédios. O fundo estrutural, que é o que importa para o nosso ponto de vista, persistia, uno e indiscutível. «Como as *presúrias* se faziam, guardando-se os costumes, a situação de cada um não mudava; as secções reservadas para o *dominus* ficam reguengas, ou sejam glebas, ou subunidades; aos possuidores de parcelas confirmou-se a propriedade, mediante as pensões pré-estabelecidas; e em consequência das doações régias parciais, o senhorio divide-se, tornando-se as antigas subunidades prédios independentes, — explica Alberto Sampaio. Por isso, entre nós na alta Idade Média, a pequena lavoura romana transformara-se em pequena propriedade, ao contrário do ocorrido nos países feudais, onde continua persistindo a grande, — a do tempo dos imperadores romanos, defendida por castelos que na decadência de Carlos Magno construíram os proprietários, para resistirem aos Normandos; neste tempo as nossas vilas, posto que haja algumas intactas, na maioria serviam para identificar os prédios desmembrados do tronco principal. Assim se foi operando o retalhamento, até que no século XIII apenas se ouve delas um eco longínquo, termo indeciso que se aplica vagamente ora a secções, ora a toda a *Freguesia rural*, já em plena florescência».

Posto o parecer de Alberto Sampaio, António Sardinha comenta:

«Não é inútil nem descabida a atenção que dedicamos às transformações da propriedade no período anterior ao da formação da nacionalidade. A precedência agrária do nosso município, como produto natural das condições históricas e sociais que antecederam e prepararam o nascimento de Portugal, é-nos superiormente patenteada pela dedução clara de Alberto Sampaio. Mas mais ainda nós lhe ficamos agradecendo. Ficamos-lhe agradecendo os subsídios necessários para que se resolva definitivamente um tão debatido problema, — se houve ou não entre nós

feudalismo. Não houve. E não houve, porque, através das «vilas», a sociedade manteve-se aqui organizada, mesmo na pulverização absoluta do poder central. Foi o traço agrícola, acolchetando o habitante à terra pela sua virtude nativa, que não deixou subverter na vaga das invasões os fundamentos milenários em que a comunidade se repousava. Só um momento, — o da Reconquista, marcaria, no crescer dos cavaleiros leoneses, uma pausa acidentada de perturbação, visto ser a própria índole da propriedade a atingida nos seus lineamentos fundamentais»²⁶.

«Com o avanço das armas cristãs, uma onda revolta de pressores espraiara-se sobre as regiões tomadas, no meio da mais inexplicável desordem — concedamos de novo a palavra a Alberto Sampaio; nesse período contuso, em que tudo se concedia ou permitia, os novos chefes, com a velha sociedade ainda diante dos olhos, puderam proclamar-se senhores de extensos territórios, impondo-lhe os seus nomes, que a memória popular conservou, ofuscada pelo brilho das espadas; a ocupação porém foi tão passageira, que delas apenas restou a reminiscência na toponímia, não tornando a lembrá-los os documentos posteriores; em seu lugar, e dentro das vilas que denominaram, estabelecem-se os cavaleiros dos princípios da monarquia, agora com firmeza, mas em fragmentos, isto é, em prédios do tipo comum — «casais e quintanas». Dada a economia agrária do país, os homens que se engrandeciam, tinham de conformar as suas funções ao parcelamento histórico e às normas usuais, e assim foi, quer obtivessem as propriedades por doações régias, em recompensa de serviços públicos, quer de particulares por título gratuito ou oneroso e algumas vezes, raras, por usurpações». (*Obr. cit.*, pág. 135).

Feita esta transcrição, dá António Sardinha o seu parecer:

«Como muito bem observa o eminente historiador, a economia agrária do país sobrepôs-se no seu condicionamento secular à perturbação lançada aqui, por instantes, pelos barões da Reconquista. Quando atrás aludo ao predomínio dum factor étnico na nobreza da primeira dinastia,

²⁶ *A Teoria das Cortes Gerais*, págs. 86 a 91.

difícil de acomodar às aspirações e aos hábitos das populações indígenas, aludo nesse sentido e sem mais outro propósito que o de destacar a sobrevivência de certos resíduos góticos no alvorecer distante da nacionalidade. É precisamente essa sobrevivência que procura por intermédio das *presuriae* introduzir entre nós, ainda que fugidamente, os costumes e as regras da sociedade feudal. Ensina-nos Alberto Sampaio como a sua tentativa se reduz bem depressa à aceitação dos quadros sociais já existentes. E assim verifica-se um facto curioso e significativo. Os castelos não são aqui, como na França do feudalismo, as habitações do senhor. «Construídos e reparados pelo povo, com as teóricas funções de protecção, defendidos por ele mesmo, os castelos ao norte do Douro pertenciam à coroa, isto é, ao Estado: as obrigações e prestações, relativas à defesa e reparação, na qual intervinham algumas vezes o juiz da terra, eram fiscais, o que exclui a menor sombra de domínio particular, exactamente o oposto do regime feudal».

Na «casa» ou «quinta», tal como os do povo, é que residiam os cavaleiros. «Estes, — elucida Alberto Sampaio —, não habitavam pois aqui, como os senhores feudais, em castelos ou habitações fortificadas, aliás ter-se-ia conservado um termo expressivo do acastelamento, que por ser circunstância típica de modo nenhum seria omitida; e haveria hoje, para exprimir uma antiga residência rural nobre, designação especial, como têm os povos, onde aquele facto ocorreu: em vez de casa ou quinta, diríamos *castelo* ou *torre*. Com a linguagem estão de acordo as leis portuguesas mais antigas — as de 1211 e de 1251: ambas protegem as casas nobres com a mesma precaução que as do povo — disposições legais inúteis para as primeiras, se fossem fortificações: a uniformidade porém de todas explica a protecção; umas e outras estavam sujeitas às agressões de malfeteiros, ou a vinganças à mão armada; e as torrezinhas de defesa, onde a família pudesse salvar-se no primeiro momento, seriam tão raras, quão vulgares os assaltos, visto as duas leis promulgadas em curto prazo».

Bem encostado a Alberto Sampaio, António Sardinha prossegue no seu estudo:

«Por isso o autor ilustre, a cuja lição confiadamente nos encostamos, termina a sua monumental monografia, reconhecendo que, ao início da nacionalidade, «a disciplina distingue os homens, mas liga-os a irmandade do sangue, assim como os iguala a mesma vida do espírito e uma pobreza forte». Não é senão nessa admirável unidade moral que Portugal se baseia nas suas razões de pátria livre e robusta. O instinto de separatismo regional que Alexandre Herculano apalpou em tantos documentos ia muito além de instinto, — traduzia já o sentimento colectivo duma raça, estabilizada e identificada para o mesmo destino, através das mesmas instituições. A sua genealogia é como ela fica desfiada. O recuado morador da citânia, trazido pelas legiões de Roma a um trato de sociabilidade mais larga, é o ascendente direito e legítimo dos que com D. Afonso Henriques e seus sucessores, batalharam as dificuldades duras da nossa emancipação. Alexandre Herculano não acreditava nos Lusitanos, — não acreditava na Lusitânia! Mas nos *Opúsculos* lá foi dizendo, num rasgo de súbito esclarecimento, que os povos peninsulares seriam talvez mais velhos do que eles supunham na história das suas instituições. Que nós o eramos, prova-no-lo Alberto Sampaio, benemérito por mais um título da sua pequena pátria! Na sua exposição lucidíssima destrinça-se todo o encadeamento que une o Portugal dos afonsinos ao estado social preparatório, a que deveu a sua existência. Como já o notamos, a *continuidade* não sofreu uma quebra, não recebeu um corte. «Esta sociedade que se delinea nos primeiros diplomas, — resume Alberto Sampaio —, apresenta-se completa nas *Inquirições*: mudanças notáveis, provocadas pelas circunstâncias e progresso social, tinham ocorrido na situação dos homens do povo, comparado com a primitiva; o fundo todavia era o mesmo; a forma diversificou através dos tempos; mas o fundamental antigo permanecia então, como transparece ainda hoje».

Aqui está por onde Portugal se agarra com todas as suas raízes a uma raça que é sua e a um património social, por cuja energia viveu e se cobriu de glória. Restringindo-se aos habitantes do noroeste da Península, ainda acrescenta Alberto Sampaio: — «Em toda esta região peninsular, a sociedade da alta Idade Média formou-se em condições e

tempo idênticos ou quase, sem o domínio sarraceno exercer influência directa sobre os seus homens; destes que continuaram entre si após curto intervalo em relações seguidas, quando no Centro e no Sul imperavam os estrangeiros, partiu o movimento de reconquista, que devolveu a soberania aos naturais, passados muitos séculos de combates. Não tendo havido absorpção de sangue e civilização dos invasores, conservavam-se portanto aí vivas as condições e costumes da sociedade anterior e o génio das populações antigas. É isto o que constitui a sua homogeneidade histórica»²⁷.

Como se verifica, António Sardinha entusiasma-se e entusiasma-nos no aprofundamento dos estudos de Alberto Sampaio. Acompanhem-lo:

«Por semelhante entrelaçamento já sabemos como o municipalismo característico do nosso povo — garantia da sua *permanência* e da sua *continuidade*, é o produto íntimo das condições estruturais do seu património colectivo. Recordemos nesta altura o reparo agudíssimo de Gama Barros, quando nos nota que as liberdades comunais são em Portugal puramente espontâneas, ao passo que em França brotaram sempre da revolta. As causas são as que se deixaram expostas. Tracejados os alicerces da nacionalidade nas «vilas» que tinham guardado em si a herança das citânias antigas, por uma transformação global e serena, logo elas cederam o lugar à «freguesia», em que os dados anteriores se fundiram em outra expressão mais acabada, já debaixo dum influxo novo, — o Cristianismo.

«As duas instituições sucedem-se, mas não se confundem: as vilas foram propriedades em todo o rigor da palavra; a freguesia é uma espécie de comuna sem carta, que se forma em volta do campanário. Precisar a data em que uma deixa de existir e começa a outra, é impossível; transformações destas efectuam-se lenta e parcialmente; ao lado da instituição moribunda, vai despontando a nova, ora balbuciante, ora quase na juventude, até se efectuar a evolução por completo». E Alberto Sampaio esclarece:

²⁷ *A Teoria das Cortes Gerais*, págs. 92 a 96.

— «Todavia em ambas o perímetro é em geral o mesmo, e idêntica a população proveniente da estirpe antiga das clientelas, que desceram das citânicas acasteladas. Tais são os elos que encadeiam ao seu remoto *substractum* os fundadores de Portugal».

Como as freguesias originam os concelhos, com cabeça na *vila* e os *vilões* por moradores, já nós o não ignoramos. Comuna sem carta, — na fórmula precisa de Alberto Sampaio, da freguesia sai o movimento que tornou orgânica a liberdade municipal em Portugal. O feudalismo, recurso duma sociedade desfeita, era assim escusado entre nós. Pela federação das nossas confrarias agrícolas Portugal se constitui. E se, fundado o reino, um momento houve em que a perturbação da Reconquista entregou à nobreza pela doação e pela usurpação a posse senhorial de largos domínios, a obra benéfica da Realeza esteve em obter no seu próprio interesse o equilíbrio justo de todos os interesses antagónicos. De resto, era o fenómeno que já se observara quando da reacção asturiana. Os moldes agrários da sociedade puderam então prevalecer sobre a cobiça dos barões. Com fortes motivos prevaleceram depois, já com os concelhos erigidos da consciência dos seus direitos, de que os *forais* seriam a letra expressa».

Nesta toada clara da definição do municipalismo desde os primórdios da nacionalidade, na pegada de Alberto Sampaio, António Sardinha continua no seu entusiasmo de bom português para quem a História de Portugal foi sempre orientadora das suas actividades como escritor e como doutrinador de Portugalidade. Por isso prossegue:

Na hora em que, expulso o Moiro, se assentam de vez as normas internas por que Portugal adolescente se iria reger, nós veremos os municípios enviarem os seus procuradores às Cortes e encerrar-se definitivamente o longo período da formação da nossa nacionalidade»²⁸.

Voltando a Gama Barros e ao largo estudo das nossas Cortes que se contém na *História da administração pública em Portugal*, escreve António Sardinha:

²⁸ *A Teoria das Cortes Gerais*, págs. 97 e 98.

«Com todo o peso da sua autoridade alude o eminente autor da *História da administração pública em Portugal* ao reino de Leão. Não é para aqui o discutir se todas as nossas instituições nos vieram de lá. Não concordamos de uma maneira geral, encostados às conclusões bem diferentes que nos é lícito tirar do estudo monumental de Alberto Sampaio. O que nos interessa, porém, é o depoimento do senhor Gama Barros sobre a intervenção dos concelhos nas Cortes Gerais»²⁹.

É esta a última referência que encontramos em *A Teoria das Cortes Gerais* à obra monumental de Alberto Sampaio. Como vimos, as citações foram longas, mas são proveitosas aos estudos da nossa admirável História.

Mas há mais. Na *Feira dos Mitos*, ao tratar de «Pátria e Monarquia», escreve António Sardinha:

«Este problema da identificação da Pátria com a Monarquia, ninguém o colocou melhor do que o insigne Alberto Sampaio. Em nota à sua monumental monografia — *As «vilas» do norte de Portugal*, escreve esse malgrado espírito que entre nós foi o único tocado pela influência salutar de Fustel de Coulanges: — *Formado pela educação histórica, é ele* (o génio da raça, na sua própria frase), *quem organisa a vida social; sobre esta, nada pode a acção do governo, decisiva pelo contrário na vida nacional*». De facto, assim é. A aptidão comunitária da gente que subsistiu, através de tantas invasões no noroeste peninsular, veio, pelo andar dos séculos, a traduzir o belo instinto nacionalista, que tornou possível a formação de Portugal»³⁰.

Mas não só. Também no livro *Á Sombra dos Pórticos*, no estudo nele inserto, «O Sul contra o Norte», escreveu:

«No suposto antagonismo do Sul, «arabizado e mercantilista», com o Norte, — célula autóctone da Pátria, se fundamenta uma teoria interpretativa da nossa história, de modo algum desprovida de interesse, mas que não mere-

²⁹ *A Teoria das Cortes Gerais*, pág. 108.

³⁰ *Na Feira dos Mitos*, p. 125.

ceu ainda até agora a atenção cuidada de ninguém. Deu-lhe enunciado extremo o economista Basílio Teles e obteve um certo acolhimento, embora condicional, por parte de Alberto Sampaio, — o autor insigne de *As «vilas» do norte de Portugal*».

Depois de uma profunda análise aos *Estudos Históricos e Económicos* de Basílio Teles, em que o não vamos acompanhar por se não enquadrar no âmbito do que nos propoemos tratar aqui, volta a fazer-se o reencontro de António Sardinha com Alberto Sampaio:

«No seu notabilíssimo estudo — *O Norte marítimo*, saído na *Revista de Portugal*, comenta o ilustre Alberto Sampaio: — «Muito antes da fundação da monarquia todos os nossos portos têm uma história, bem triste, quantas vezes! Por eles se faziam as entradas dos normandos e agarenos, sobretudo as dos últimos, depois que a espada vitoriosa de Afonso I das Astúrias, o expulsou no século VIII do norte do Vouga. O maior número das agressões deles efectua-se então por via marítima; as galés, entrando pelas barras e subindo pelos rios, levam a devastação às terras vizinhas; tornam incertas as culturas e arruinam os cultivadores».

A que António Sardinha acrescenta:

«Em 1115 o grande arcebispo de Compostela, Diogo Gelmírez, inicia a resistência naval, que se torna por vezes ofensiva, com duas biremes, chamadas *galés*, — «*quas vulgus galeas vocat*» —, e confia-as a peritos importados de Génova. Começa aqui a genealogia da nossa tradição de soldados do mar! «A semente disposta por Gelmírez», — esclarece Alberto Sampaio —, «encontrando terreno adequado, germinou com vigor... Em 1121 havia já uma esquadilha de barcos no rio Minho; a campanha deste ano entre D. Urraca e a irmã principiou por um recontro fluvial, ficando vencidos pelos marinheiros de Padron os portucalenses que defendiam com as suas barcas o passo do rio. Não podiam ser estas de somenos importância: a gente de D. Teresa esperava que elas não deixariam o inimigo

atravessá-lo; desbaratadas, fugiu o maior número, abandonando o campo da infanta».

E António Sardinha tece este comentário:

«E se é certo que nos primeiros instantes do Estado português a nossa marinha de guerra não conheceu um grande incremento, intervindo sempre armadas de cruzados em feitos militares como a expugnação de Lisboa, Alcácer do Sal e Silves, não é menos certo também que a marinha mercante continuou progredindo, de reinado para reinado, com sensível diferença. «No tempo de D. Sancho II», — elucida ainda Alberto Sampaio — «o movimento da barra do Porto era suficientemente avultado para o rei, na escritura de concórdia de 1238, ceder ao bispo e igreja portugalense parte dos impostos, percebidos sobre mercadorias importadas... A intensidade desse tráfego internacional é revelada pelo decreto de Afonso III de 1253, endereçado aos habitantes do norte, — *«toti populo a Minio usque ad Droium»*. Este endereço especial mostra que a região indicada constituia nessa época uma unidade económica à parte. Não admira: a sua sociedade tinha já uma longa história e estava definitivamente formada muito antes da monarquia; no centro e sul pelo contrário a população sarracena não teria ainda assimilado as instituições introduzidas pelos conquistadores».

Mas a este parecer de Alberto Sampaio contrapõe António Sardinha:

Abramos um parentesis. Nas últimas palavras da transcrição de Alberto Sampaio transparece bem clara, ao aludir à «população sarracena» do centro e sul do país, a idéa de que a nacionalidade saíra dum acto de conquista, iniciado pelos elementos autóctones acantonados nas regiões de além do Douro. Exactamente no mesmo estudo, — *O Norte marítimo*, de que nos estamos socorrendo, o autor insigne de *As «vilas» do norte de Portugal* observa, como ponto fundamental: — «Portugal constitue-se pois com dois retalhos dos povos peninsulares — ao sul do Vouga com uma fracção da Espanha mussulmana, ao norte

com uma fracção da Galiza». — E adiciona: — «Desta última partiram os batalhadores que conquistaram a cinta do litoral, ocupada depois pela nação portuguesa, à qual eles, os nossos avós d'entre Vouga e Minho, impuzeram igualmente a sua linguagem galega». Para se manter nas suas afirmações vale-se Alberto Sampaio do filólogo Vasconcelos de Abreu. «A estas duas áreas etnográficas correspondem duas zonas glotológicas bem definidas», — diz o senhor Vasconcelos de Abreu. «O reino divide-se, relativamente à gradação quantitativa das vogais, em duas regiões glotológicas; numa, ao norte, há vogais longas, noutra, ao centro e sul, não há vogais longas, por sua natureza».

Porém, António Sardinha opõe:

«Não examinaremos agora a fruste razão filológica de Vasconcelos de Abreu. O que salientamos é esse lamentável erro de visão partido dum espírito como o de Alberto Sampaio, cuja obra, embora reduzida, o torna na história das nossas instituições quasi tão grande como Herculano e Gama Barros. Tinha Alberto Sampaio em seu favor a circunstância de se não haverem desenvolvido na Península os estudos arabistas, à data em que ele escrevia, de maneira a que pudesse modificar radicalmente a sua impressão dum Portugal cerzido de dois bocados diversos. No entanto, já a Martins Sarmiento, que tão salutar influência exerceu em Alberto Sampaio, não escapara precisamente o facto contrário, que é o verdadeiro. «Mais pujante de força e de cultura foi a invasão árabe, que avassalou quase toda a velha Lusitânea e inquietou a miudo a Galiza; mas certo é que, com a expulsão destes novos Semitas, vemos surgir desde o extremo do Algarve até o extremo da Galiza um povo uno, com o mesmo modo de sentir e de pensar, com a mesma língua, conservando a toponímia pre-romana e ligando um sem número de tradições aos castros, às antas, às fontes, etc., — tradição pre-romana». (Ora Marítima, 2.^a edição, pág. 161-162).

Neste ponto a lição do mestre não utilizou a Alberto Sampaio! Mas valia tanto a sua autêntica organização de historiador que o estudo citado, *O Norte marítimo*, redi-

gido com larga soma de erudição no propósito de documentar esse tema do antagonismo do Sul com o Norte de Portugal (mas em Alberto Sampaio, ao inverso de Basílio Teles, pelo predomínio do Norte com a absorção de Lisboa), representa, opostamente, uma das mais belas provas que eu conheço de unidade perfeita da Pátria em todas as fases da sua génese e expansão. Não cai, evidentemente, Alberto Sampaio nas fábulas interpretativas do senhor Basílio Teles. Notamos já como faz coincidir com os primórdios do Estado português a afloração das suas tendências marítimas. Ao passo que o senhor Basílio Teles reputa a actividade comercial do Sul adversa ao ruralismo estrutural do Norte, Alberto Sampaio declara sem vacilações, aludindo ao diploma de 1213, dirigido por D. Afonso III aos habitantes de entre-Doiro-e-Minho, «que a região indicada constituía nessa época uma região económica à parte». E minudencia, como tivemos ocasião de verificar: — «Não admira: a sua sociedade tinha já uma longa história e estava definitivamente formada muito antes da monarquia: no centro e sul pelo contrário a população serracena não teria ainda assimilado as instituições introduzidas pelos conquistadores».

O erro de Alberto Sampaio consiste, pois, em supor Portugal habitado apenas por muçulmanos do Mondego para baixo, antes da reconquista afonsina. Brevemente saberemos como isso não era assim. E só lamentamos não poder acompanhar Alberto Sampaio em toda a sua exposição pelos limites que naturalmente nos impõem as proporções do presente ensaio.

Com a mais viva e adubada documentação, consegue ele demonstrar-nos como na verdade, a expansão marítima e comercial da pátria correu paralela com o seu alargamento territorial. Fenómeno lógico; — as necessidades aumentavam, aumentavam numa raça que se afirmava pelo florescimento variado das suas múltiplas energias. Cita a esse propósito Alberto Sampaio a violenta discórdia entre D. Afonso III e o bispo do Porto, D. Julião, motivada já em razões de tráfego fluvial e marítimo. Também o foral de Viana, na foz do Lima, do mesmo século XIII, fixa a taxa que se há-de cobrar sobre as coisas que *«uenerint de partibus francie et de terra serracenorum»*.

Daí por diante a tendência naval da nacionalidade acentua-se com vigor. D. Afonso III auxilia seu sogro, o Rei Sábio, com uma esquadra que aparece em frente de Sevilha combatendo contra os islamitas. Morto o almirante Nuno Fernandes Cogominho, D. Dinis contacta em Génova, Micer Manuel Pessanha e obtém na Cúria Romana para o custeio da nossa marinha de guerra, «a décima de todo o Eclesiástico de Portugal por três anos». D. Fernando completa com instituições próprias o interesse que o Estado em Portugal manifestou desde o princípio pelas coisas e assuntos do mar. Donde o comentário de Alberto Sampaio: — «Durante a primeira dinastia aumenta incessantemente, pela única expansão das próprias forças e energias dos seus homens, a riqueza do norte, — a agricultura, a indústria e a navegação, com o comércio internacional». Já antes escrevera: — «O trabalho do mar florescia pois na Idade Média em todos os portos dentre Douro e Minho; as suas naus, caravelas e mais embarcações navegavam para o norte, sul e leste». E adianta imediatamente: — «O forte e livre regimen antigo dava frutos abençoados. Os reis, percorrendo todas as localidades, ouviam as queixas e administravam justiça por igual. O mecanismo governamental, se era pesado e tôsko, adaptava-se perfeitamente à diversidade das gentes e condições da nação. Cada uma das raças, que habitaram esta cinta do litoral, podia desenvolver-se desembaraçadamente segundo a sua capacidade progressiva. Não se tinha operado a profunda revolução política, que nos reinados subsequentes vestirá a monarquia à italiana com uma verdadeira capital — e que pela exiguidade de território terá de absorver tudo para sustentar a grandeza correspondente, posto que illusória. O governo não se transformará por enquanto em bomba aspirante, fazendo convergir todos os elementos de progresso num ponto dado».

Não é, conseqüentemente, na expansão marítima da nacionalidade que Alberto Sampaio enxerta a origem do antagonismo do Sul com o Norte. Além de considerar essa expansão como o desfecho natural dum complexo de tendências já evidenciadas ao longo da primitiva dinastia, Alberto Sampaio enumera, entre os navegadores e conquistadores do Ultramar, uma longa série de capitães e

mareantes, nascidos no coração do antigo condado portugalense. Para mencionar alguns, lembrarei João Gonçalves Zarco, da escola do Infante e iniciador, ao lado de Tristão Vaz, da epopeia dos Descobrimentos. E com eles Álvaro de Caminha, João Alvares Fagundes, Fernão de Magalhães, Lopo Vaz de Sampaio, etc., etc.

«Portugal que se fizera nos campos de batalha, era um país armado», — insiste Alberto Sampaio — «a sua admirável organização militar medieval, se lhe permitiu sustentar e defender a independência política, permitirá agora esse prodigioso feito de armas — as navegações e conquistas dos séculos XV e XVI».

O mal residia para Alberto Sampaio, desta forma, na acção absorvente de Lisboa, porque «à grande cidade afluem com aventureiros de todas as procedências, as maravilhosas riquezas trazidas pelos galeões...» «Este fausto asiático», prossegue Alberto Sampaio — «que fazia reviver nas margens do Tejo, no centro e sul, a sociedade oriental anterior à conquista afonsina, preocupava ele só a atenção dos contemporâneos». E o ilustre historiador desabafa o seu protesto de erudito e de minhoto: — «Das províncias do norte ninguém fala: situadas num canto extremo do território, longe desses esplendores, impróprios do seu génio e raça, elas continuam recolhidas, como dantes, trabalhando e produzindo boa parte da força que vai ser dispersada agora aos quatro ventos pelo mundo fora. Mas dos ricos e fortes elementos da sua vida se aproveitará o infante D. Henrique, assim como os reis continuadores da obra dele, fazendo-os convergir nos descobrimentos».

De sorte que a época inaugurada com a dinastia de Avis, recebe, segundo Alberto Sampaio, um especial incremento das populações de além Doiro. A circunstância de Alberto Sampaio, — olvidado dos ensinamentos de Martins Sarmiento —, considerar a nacionalidade portuguesa, «originada não pela atracção duma mesma raça, nem pelas condições idênticas de terreno», e sim como «o resultado duma conquista», é que impediu o autor de *As «vilas» do norte de Portugal* de abranger totalmente o problema. No centralismo inevitável de Lisboa não se denunciava, de maneira alguma, uma anterior sobrevivência semita. A raça, desde as colinas verdejantes do Minho e Lima até aos con-

fins ensoalhados do Algarve, era a mesma em toda a parte, falando a mesma linguagem. Descendente do antigo habitante lusitano, o Cristianismo a caldeou e unificou tão fortemente que, separada durante séculos pela divisão político-religiosa da Península, a sua identidade manteve-se indestrutível, como não tardaremos em reconhecer. O que nos esgotava, o que nos consumia em Lisboa, — na Lisboa de Quatrocentos e Quinhentos, — não traduzia, por isso, uma submissão da pátria autóctone a qualquer revivescência hereditária, alheia à sua formação colectiva. Lisboa sofria as fatais consequências da nossa hegemonia nos mares, tornando-se um foco de cosmopolitismo absorvente. É, pois, um *facto social*, e não um *facto étnico*, o que há a considerar em semelhante fenómeno. Lamentavelmente equívocado, não o reputou assim Alberto Sampaio. Como homenagem à sua obra, inspirada sempre na mais alta intenção nacionalista, ousamos apor-lhe esta despretençiosa rectificação ³¹.

Mas não ficava por aqui António Sardinha, que acrescentava:

«Mas, admitindo mesmo que as duas raças se defrontaram na faixa ocidental da Península, o exame dos documentos ensina-nos, — e em semelhantes termos se pode entender o sentido com que Alberto Sampaio chamava «conquistadores» aos elementos galaico-lusitanos —, que houve sempre uma deslocação populacional! acentuadíssima do norte para o sul, não só nos primeiros tempos da nacionalidade portuguesa, como depois, nos períodos subsequentes. Ainda hoje em dia essa descida é constante. Rareada a população aquém do Tejo, vê-se que os seus reservatórios são continuamente alimentados pela derivação que lhes advém das Beiras e mesmo de Entre-Doiro-e-Minho. Quem se desse à curiosidade, na mais pequena aldeia alentejana, de levantar sobre os registos paroquiais a genealogia dalgumas dezenas de famílias, tanto da camada baixa, como da camada remediada, verificaria a forte preponderância beirôa e minhota, mas principalmente beirôa, na composição das suas linhagens-

³¹ *À Sombra dos Pórticos*, págs. 20 a 29.

Obedece a leis geográficas e económicas invariáveis a força atractiva do Sul para com o Norte. O próprio Alberto Sampaio o reconhecia ao escrever, como já tivemos ocasião de observar, que constituído Portugal por dois retalhos dos povos peninsulares, «ao sul do Vouga com um fragmento da Espanha mussulmana, ao norte, com uma fracção da Galiza», «desta última partiram os batalhadores que conquistaram o centro do litoral, ocupado depois pela nação portuguesa, à qual e'les, os nossos avós dentre Vouga e Minho, impuzeram igualmente a sua linguagem galega».

Se de certo modo assim foi, esse acontecimento não resultou dum acto de conquista, sendo antes um acto de libertação. Para o conhecimento exacto da origem e formação da nossa pátria não é inútil esmiuçar até ao fim a questão, que tão empenhadamente estamos debatendo. O erro de Alberto Sampaio consistia em supôr que para o sul do Vouga se estendia uma Espanha muçulmana e que necessariamente ali se falaria tudo, — menos a linguagem romance, que se designa por «galaico-portuguesa». Outra miragem, como a miragem fenícia ou cartaginesa de Oliveira Martins!»³².

Baseado em conclusões de arabistas idóneos, como Giménez Soler e outros mais que cita em abono da sua tese, volta António Sardinha a refutar algumas das conclusões de Alberto Sampaio, escrevendo:

«Reputo ser o suficiente para que se haja de caracterizar o romance que os naturais das zonas islamizadas do actual Portugal falariam entre si. Deduz-se daqui quanto Alberto Sampaio se enganou, ao supor o português uma língua imposta pelos cavaleiros da Reconquista aos seus irmãos de aquém do Tejo»³³.

Refere-se, depois, ao trabalho de Adolfo Coelho intitulado *Origens do portuguez do Sul* para pôr em paralelo os seus pontos de vista no debatido assunto de uma identidade linguística

³² *À Sombra dos Pórticos*, págs. 36 e 37.

³³ *Idem, idem*, pág. 51.

entre o Sul e o Norte «traduzindo, à parte variantes mínimas, a identidade da mesma raça». E interrogava:

«Para que insistir? A unidade da raça está mais que evidenciada na unidade da Língua e na unidade da Fé. Assim não admira que à maneira que os cavaleiros da Reconquista avançavam, se visse levantar, — na frase de Martins Sarmiento —, «dos confins do Algarve até às fronteiras da Galiza um povo possuindo o mesmo modo de sentir e de pensar». Na dissolução dos laços sociais que a catástrofe visigótica ocasionára, o Cristianismo o manteve ligado, cimentando assim os alicerces da futura pátria Portuguesa».

E concluía desta maneira o seu estudo, que nos tempos de hoje se reveste de uma oportunidade flagrante:

«Não há Norte contra o Sul, — nem Sul contra o Norte! Há na sua bela homogeneidade moral e social o Portugal que tanto nasceu da espada de D. Afonso Henriques, como das obscuras cristandades mosárabes em que o génio da raça se perpetua iluminadamente, graças ao calor dum como que pre-sebastianismo. Que o Portugal de nós todos reine sempre em senhor das nossas inteligências e que as teorias que levam à guerra civil se expulsem sem contemplações das páginas imortais da sua história»³⁴.

Num outro estudo intitulado «Questões de História» analisa o 1.º volume da *História de Portugal* de Fortunato de Almeida, e manifesta as suas discordâncias. Defendendo a necessidade de uma «História de síntese, traça do arquitectónico completo, em que a proporção e a lógica do conjunto nos desvendem as razões eternas da Pátria, na química incessante da sua renovação e vitalidade», acrescenta:

«Materiais dispersos existem em abundância, — alguns de valor inapreciável, como os carreados e ordenados por Alberto Sampaio. Mas não basta apenas utilizá-los no

³⁴ *À Sombra dos Pórticos*, 55, 56 e 104.

plano geral do edifício. Há que corrigi-los e ajustá-los, depurando-os de elementos contrários ou heterogêneos com que frequentemente andam misturados, por ausência de *idéa-directriz* no espírito de quem os desbastou ou acumulou»³⁴.

E reprende:

«Mas o senhor dr. Fortunato de Almeida, apesar de reconhecer a importância desse elemento de continuidade da nossa história, principia por nem esboçar as teorias do eminente Alberto Sampaio, sabido que foi Alberto Sampaio quem, melhor que ninguém, nos demonstrou a sequência institucional que prende, numa cadeia ininterrupta, os habitantes das primitivas citânias aos vilões expeditos de Entre-Doiro-e-Minho, no alvorecer luminoso da nossa nacionalidade.

Já caíra em igual omissão pelo que se refere a Martins Sarmento e Estácio da Veiga, que não são apenas os arqueólogos puros e simples das citações (duas para cada um) do senhor dr. Fortunato de Almeida. Por discutíveis que se nos descubram hoje muitas das suas hipóteses, tanto Estácio da Veiga como Martins Sarmento, alvejaram com penetrantes afirmações a identidade do português contemporâneo com o *substractum* étnico, que se concrecionou no tipo histórico do Lusitano»³⁵.

Também num estudo sobre «Nacionalismo Galego e Lirismo Português», António Sardinha cita Menéndez y Pelayo, e confessando-se «impressionado com o lirismo nativo dos *Cancioneiros* galego-portugueses», afirma no entanto:

«Reputo identificado e contraprovado o «*pueblo de pequeños agricultores*» a que se refere Menéndez y Pelayo, de olhos postos, claro está, na região galaico-lusitana. Mas para maior confirmação eu quero juntar aqui o depoimento de alguém que, apesar de mal conhecido nos meios havidos como cultos, pertence em Portugal à alta linhagem dos Herculanos e dos Gama Barros. Aludo a Alberto Sam-

³⁵ *À Sombra dos Pórticos*, pág. 110.

paio, — a quem sempre me é grato chamar o nosso Fustel de Coulanges. Ora na sua monumentalíssima monografia, — *As «vilas» do norte de Portugal*, recolhida, enfim, em volume ao alcance de todos pelo piedoso cuidado de um amigo, Alberto Sampaio demonstra-nos a existência e o desenvolvimento de uma apertada rede de proprietários e de caseiros durante o período largo de quase treze séculos naquela zona do Douro, que coincide com a Galiza na sua máxima extensão romana. Pelo trabalho paciente e iluminado do nosso historiador, nós podemos ver como o habitante bisonho das cidades desceu para os vales e se fixou ao solo graças às virtudes hábeis e prudentes da romanização. Quem seria esse habitante? Não incorramos na discussão de questões pendentes e tão distantes de solução. Contentêmo-nos em concordar com Alberto Sampaio que «coberto o país de prédios rústicos, sistematicamente organizados para a exploração agrícola jamais se interrompeu o aproveitamento do solo e o alargamento da gente», acrescentando que no passar e repassar das invasões, «não tendo havido absorção de sangue e civilização dos invasores, — salienta Alberto Sampaio —, conservaram-se portanto aí sempre vivas as tradições e costumes da sociedade anterior e o génio das populações antigas».

A tais populações pertencia o lirismo anónimo e avulso que veio a estilizar-se nas galas palacianas e literárias dos *Cancioneiros*»³⁶.

Analisando profundamente a *História de la poesia en la Edad Media*, António Sardinha prosseguia nas suas observações:

«O profundo golpe de vista de Menéndez y Pelayo acertadamente indicava «a ausência de carácter bélico» dos cantos populares galaico-lusitanos como sinal do seu manifesto indigenato. Contrastando com «*la ferrea austeridad de las gestas castellanas*», — como do *Amadis* ponderaria o mesmo Menéndez y Pelayo, ao procurar-lhe o nascimento no ocidente peninsular —, o lirismo das gentes galaico-lusitanas, não queria traduzir, porém, pela ausência de carácter bélico nos seus desabafos e motivos, frouxidão

³⁶ *Da Hera nas Colunas*, págs. 53 e 54.

de raça, insuficiência vital da colectividade. Para nos certificar do contrário, recordemo-nos dos gastos de pertinácia e de vida que aos romanos custou a submissão do noroeste peninsular. Escutemos outra vez Alberto Sampaio: — «Povo autónomo, amando sobretudo a independência, belicosos, habitando um país montanhoso coberto de florestas..., regendo-se por costumes próprios — eis o único quase apagado eco que deixaram na história. Já em 138 a. C., Décio Junio Brutus, quando atravessou o Douro, tinha notado a extrema bravura dos Bracaros; e na narração da campanha cantábrica... Orosio começa por dizer que Augusto se resolveu à empresa, considerando que pouco valeriam os feitos de duzentos anos na Hispânia, se deixasse os cantábros e astures, — *suis uti legibus*. O imperador, — esmiuça Sampaio —, dirigiu ele mesmo as operações militares contra estes povos galegos, — *Cantabri et Asturis Gallecia Provincial e porto sunt*; depois os dois legados subjugarão o resto — *magnis gravibusque bellis*. Grandes e graves guerras realmente; o monte *Medullium*, sobranceiro ao rio Minho, — diz o mesmo autor, foi preciso cercá-lo com um fosso de quinze mil passos, para vencer a multidão que se fortificava nele; a gente era *trux natura et ferox*, preferindo a morte voluntária à servidão».

Tão comunicativo o excerto de Alberto Sampaio assegura-nos inteiramente que a ausência de carácter bélico, denunciada por Menéndez y Pelayo na antiga poesia galego-portuguesa, não importava consigo a falta dos mais elementares instintos de fereza e de autonomia. O que importava por certo, era uma concepção de vida diversa da concepção que Castela imporia ao resto da Península. A especial situação que à mulher a gente galaico-lusitana concedeu é um dos seus sinais mais pronunciados»³⁷.

Depois de arrolar a seu favor o saber e a «autoridade de D. Carolina Michaellis de Vasconcelos nas suas prodigiosas notas ao *Cancioneiro da Ajuda*», António Sardinha conclue desta forma este seu curioso e atraente estudo:

³⁷ *Da Fera nas Colunas*, págs. 56 a 58.

«Por consórcio apertado dos dois nacionalismos, os primeiros capítulos da história de Portugal, são inseparáveis dos primeiros capítulos da história da Galiza. É o que ressalta com nitidez deste modesto comentário suscitado pela leitura do estudo do senhor Menéndez Pidal, *Poesía juglaresca y juglares*, com que ultimamente a cultura peninsular se enriqueceu»³⁸.

Comentando o livro *Portugal económico* do Sr. Anselmo de Andrade que lhe inspirou outro estudo valioso, — «As quatro onças de ouro» — escreveu António Sardinha:

«Assevere-se o que se asseverar, sustente-se o que se sustentar, Portugal, surgindo para a luz do dia em plena florescência mediévia, é filho legítimo do Cristianismo e a sua história não é mais do que um capítulo da história da Igreja. Distante ainda o alvor da nacionalidade, o que é que a prepara, a unifica e a disciplina senão o apostolado de S. Martinho de Dume no antigo reino dos suevos, fazendo, pela evangelização, da diocese bracarense o núcleo moral de que resultaremos mais tarde como nação organizada. Quem seguir com o cuidado e o enlevo que semelhante leitura nos merece as deduções rigorosas de Alberto Sampaio na sua monumentalíssima monografia, — «*As «villas» do norte de Portugal*», aí aprenderá, que, já antes, o Cristianismo transformara as agrupações agrícolas da romanização na «paróquia» ou «freguesia», — espécie de comuna sem carta, segundo a designação inspirada do nosso Fustel de Coulanges, como a Alberto Sampaio me é agradável chamar-lhe, «Então o campanário que se levanta por cima das pobres habitações rústicas, deu-lhes a adesão necessária para as vilas se converterem em pequenas comunas, sem protecção em geral, e sem organização escrita, mas contendo a união de vontades, homogeneidade de sentimentos e comunidade de aspirações morais, que são a base da vida social». Cimento indestrutível que prendeu a raça à terra e lhe conservou a inviolabilidade do génio, a fé a manterá ligada e íntegra, mesmo quando o domínio muçulmano, firmando-se na linha de entre Mondego e

³⁸ *Da Hera nas Colunas*, págs. 59 e 65.

Tejo, partir ao meio a faixa ocidental da Península. Porque sem o sopro faúlhante duma religião comum, tão ciosamente acalentada pelas populações mosárabes do sul, não se percebe como, à maneira que avançam os «fossados» e aigarados da Reconquista, o território e as gentes que se iam ganhando em nada destoassem, pela linguagem, pelas crenças e pelos costumes, do povo de lavradores e cavaleiros a quem Deus incumbira a fundação de um novo reino. Simultaneamente chegam até nós, governo subalterno da arrogante monarquia leonesa, os benefícios irradiados da grande reforma religiosa, empreendida por Cluny. Se não computarmos devidamente a parte que nos coube na moralização e na disciplina que além dos Pirinéus trouxeram os monges cluniacenses, desistamos de buscar os factores em que mais de perto se fundamenta a desmembração do Condado portugalense como unidade autónoma»³⁹.

Num outro estudo, intitulado «Os Gamas», António Sardinha começa por se referir a Luciano Cordeiro que lhe «deslindou galantemente a enovelada genealogia do grande Almirante». E, a propósito, escreve:

«Não as resumirei eu aqui, contentando-me apenas em assinalar uma verdade, cada vez mais radicada no meu espírito, qual é a de que um varão superior corresponde sempre a uma segura, embora inconsciente preparação familiar. Vasco da Gama (para que repisar o combate que travou com os tenebrosos deuses do Mar, nem a significação ocidental e cristã da sua gesta de herói humaníssimo?), — Vasco da Gama, incorporado na sua linhagem, ofereceu-nos a nós, — os de hoje, — transviados por inúmeras superstições intelectuais, uma lição que se nos impõe escutá-la e meditá-la»⁴⁰.

Prosseguindo mais adiante:

«Mas meditemos a lição que nos oferece a ascendência do Almirante! Conduzida por excessivas preferências individualistas, a compreensão da nossa história tem osci-

³⁹ *Da Hera nas Colunas*. págs. 129 a 131.

⁴⁰ *Idem, idem*, pág. 303.

lado inalteravelmente entre dois critérios extremos: — para uns (e é o critério laudatório, recebido da Renascença, clássico ou académico, portanto) Portugal foi filho dos seus reis e dos seus nobres, — dos seus barões, enfim; para outros (e é o critério romântico e gregarista, não menos apologéticos do que o primeiro), Portugal é filho do «povo», — espécie de democracia antecipada ou prefigurada.

Perante uma história tão contraditória e tão perversa na sua essência, — valha-nos Fustel de Coulanges com os seus conselhos de metre!

Ora Portugal não é unicamente filho dos seus reis ou dos seus nobres, nem unicamente filho do seu povo. Começa logo que «povo», no sentido em que hoje a expressão se emprega no verbalismo tribunício ou jornalístico não existe senão desde o advento das quimeras políticas, por que o último século, de tão ruinosos legados, ingenuamente se regeu. Apontando a mitologia dominante no seu tempo, já o insigne Berryer exclamava à volta de 1848: — *«Le peuple français se compose de nous tous. Il n'y a pas de fraction de la nation qui s'appelle le peuple»*. O «povo», ídolo do Forum, é uma invenção tão funesta como recente. Deve tomar-se antes como sinónimo de «multidão». O mesmo Berryer o dizia, prefaciando o seu *Project de la décentralisation* e considerando como *«établissements générateurs de toute société»* os agrupamentos naturais que são a «família», a «profissão» e o «município». «Desprezai-os, — advertia o ilustre tribuno, — e tereis uma multidão, em lugar dum povo».

Em «multidão» vivemos nós, desde que os apriorismos da Revolução Francesa quadricularam a sociedade por um modelo abstracto. E porque vivemos em «multidão», debaixo da cobertura sentimental do «povo», transpusemos para a história esse critério negativo e de feroz alteração visual. O «povo» aparece-nos assim, envergando uma vez o papel carregado de vítima, vestida outras vezes da dignidade onnipotente de elemento criador e julgador.

Não nos demoraremos a desfazer o erróneo, — o absurdo erróneo! — de semelhantes teorias, de fácil aceitação, no entanto, porque são as mais próprias para os consumos folhetinescos e desperdícios salivosos da oratória que nos embrutece e desgoverna.

O que importa é reconhecermos que a sociedade não é um composto aritmético de «indivíduos», mas uma «federação de posições sociais». Logo que o reconheçamos, — e para isso basta sair do círculo fechado das doutrinas postas em voga pela utopia liberalista —, ver-se-á que está sujeita a um incessante movimento de capilariedade. É um movimento perpétuo que nada afrouxa, nem nada sustém. Berryer o define com a sua costumada incisão: — *C'est l'histoire du genre humain dans toutes les sociétés. On monte de classe en classe. Les sommités s'effacent et disparaissent, et les classes inférieurs arrivent au sommet*».

Claramente o demonstra pelo que, em particular nos toca a nós, o admirável Alberto Sampaio, a quem me é sobremaneira grato chamar o nosso pequeno Fustel de Coulanges. Lembram-se decerto como ele termina a sua esplêndida monografia *As «villas» do norte de Portugal*, — prefácio incontestável à *História* de Herculano. Recortei para aqui essa meia dúzia de períodos inolvidáveis: — «Tal era a sociedade, cujos traços fundamentais memora a tradição nos documentos precedentes. As batalhas incessantes, que seleccionaram e nobilitaram os combatentes mais valorosos, levaram a liberdade às últimas camadas da população rural; metódicamente armada pela necessidade de ataque e defesa, apresentava-se já, antes de se fundar o Estado português, exercida por igual na guerra e no trabalho; a cada passo o apelido arrancava-o das cabanas, dos pardieiros e quintanas, reunindo-a no campo da peleja. Acoutiados pelo corôa os nobres são os cavaleiros de profissão: residindo em casas sem luxo, vivem em intimidade com o povo, ora na melhor harmonia, ora em questiúnculas de proprietários minúsculos, mas sempre protegendo-o. Deste modo os mais pobres combatem a pé, e peões formam a admirável infantaria portuguesa mediéfica. Dos herdeiros abastados saiem os cavaleiros vilões, que na batalha ocupam o lugar honroso da vanguarda; dado o primeiro choque, confundem-se com os cavaleiros nobres, e se-lo hão também, se a fortuna e a sorte das armas os ajudar.

O casteleiro, em cujas mãos reside a última defesa do país, e o rico-homem, governador da terra, com pendão e caldeira, assentam-se ambos no tempo da paz à mesa do

lavrador, e comem o seu pão. Acima de todos está o Rei, senhor do seu reino, como o império absoluto, que os de Santa Maria d'Alvarelos definiam no responso tradicional — «*Tua est potencia, tuum regnum, Domine*». Apesar do poder supremo, tão pouco exigente, contenta-se com o asseio que os ferreiros lhe fazem no paço, e com a comida rústica que sabem preparar. A disciplina distingue os homens, mas liga-os a irmandade do sangue, assim como os iguala a mesma vida de espírito e uma pobreza forte».

E António Sardinha acrescenta:

«Por longa que a transcrição se nos afigure, ela justifica-se por invalidar, e duma maneira irresponsável, as duas concepções da história, correntes entre cultos e não cultos, — a que torna a história dependente da acção duma minoria restrita (reis, nobres, sacerdotes) e a que a torna o produto espontâneo duma instintiva massa acéfala. Sem que pratiquemos, por cómoda solução mental, o ecletismo, há que assentar, pelo menos em relação à história portuguesa, que reis, bispos, nobres e povo, propriamente dito, constituem um bloco homogéneo, donde ela jorra, conduzida por directrizes que residem na alma comum, embora aos dirigentes caiba precisá-las e fazê-las executar. Acabamos assim, e irrevogavelmente, tanto com o conceito *democrático*, como com o conceito *aristocrático* da história. Acharam os nossos antigos cronistas um termo que tudo resume: — «Grei». O que é a «Grei»? Responde-nos João de Barros, — o das *Decadas*. «*A grey... he a congregação dos nossos parentes, amigos e compatriotas*». Pois a Grei entrega-nos a chave do problema. Porque em Portugal não houve, realmente, duas raças distintas, — uma vencedora e outra vencida, a unidade da nossa história é transparente como a água pura. Essa unidade resulta da moldagem em que a alma colectiva se afeioou e estabilizou. Sem dúvida que foi a moldagem religiosa.

No seu recente opúsculo sobre Alberto Sampaio, Jaime de Magalhães Lima, — o solitário de Eixo —, reaviva justamente S. Frutuoso, arcebispo de Braga, cobrindo de mosteiros o ocidente peninsular desde o cabo Finisterra ao

Cabo de S. Vicente. Ao lado de S. Frutuoso, cumpre-nos recordar S. Martinho de Dume, — o apóstolo dos Suevos.

Conta-se da França que os bispos a elaboraram a pouco e pouco com a paciência e a diligência duma abelha fabricando o seu favo. Também no período que antecede a concretização da nacionalidade com D. Afonso Henriques os prelados e os monges intervieram activamente na elaboração de Portugal depondo nas consciências um ideal, — o da fé, que identificará numa comunhão de espírito estreitíssima os diversos componentes da nação que vai formar-se. Por isso, é o factor religioso e moral, encadeando vontades dispersas e interesses avulsos, que nós carecemos de encarar para perfeita compreensão de nossa história. Com ele se aperta a solidariedade dos indivíduos, agrupando-os numa equação permanente: — a Grei.

E não cuidem que nos desconcertam com os seus reparos os que se entrincheirarem na crise de 1384 para manterem nos seus bem precários créditos a concepção *democrática* da história. «*Parece se levantou outro mundo novo e nova geração de gente*» — pasmava-se efectivamente Fernão Lopes, perante o atropelo e o improvisado enxame saído da sua segunda condição com o acesso do mestre de Avis ao trono. Responderemos tão somente que aí se verifica o fenómeno já apresentado da capilaridade social, fenómeno tão incisivamente reconhecido, como vimos, pelo insuspeito testemunho de Berryer. E o que dá um ar revolucionário aos acontecimentos narrados por Fernão Lopes, é, — não contestamos —, a elevação súbita, não duma família, não dalgumas famílias, mas duma massa considerável de escudeiros, burgueses e mesterais. Tratava-se, porém, duma crise mais ampla que a duma simples questão sucessorial. Tratava-se da transição da Idade-Média para a Renascença, — e nós em Portugal não nos podíamos furtar aos desarranjos e às surpresas duma tão agitada comoção.

De resto, a generalidade do fenómeno é que altera um pouco os termos plácidos em que semelhante lei sociológica costuma verificar-se. Porque mesterais que subissem houve-os sempre, como houve sempre escudeiros nobilitados, — burgueses, entrando nos conselhos régios e monopolizando as finanças da corôa. Não nos conta o

conde D. Pedro no seu *Nobiliário* o caso daquele afonsino Pero-Novais, «homem pobre», que se enriqueceu açambarcando milho, e foi depois tronco de linhagem reluzente? A propósito comenta Alberto Sampaio: — «Nos primeiros tempos os feitos distinguem os homens, e não o nascimento; os nomes dos engrandecidos e dos humildes são os mesmos... Nos documentos da alta Idade-Média a nomenclatura pessoal é comum para todos, e em regra tão uniforme, que nos diplomas pelas assinaturas não se diferenciam os cavaleiros dos herdeadores, este facto repete-se mais notavelmente nas *Inquirições*, onde, por entre os patronímicos de uso geral, começam a despontar os apelidos actuais, designando ora nobres, ora populares». E o autor ilustre de *As «villas» do norte de Portugal* insiste: «A uniformidade de nomenclatura, desde o século XI até o XIII, prova de sobra a proveniência comum das duas classes. Uma raça dominante, de sangue diverso dos habitantes, é inadmissível sem denominação pessoal privativa... Nos nossos nobiliários só raras vezes se relatam as primeiras origens do fundador da linhagem; pela maior parte ignorado, estavam longe de interessar os genealogistas...»

Pelo que António Sardinha interroga e esclarece ao mesmo tempo:

«Donde vinha então a preponderância? Da posição social que permitia às famílias nobilitadas atribuírem-se isenções e privilégios, em virtude da direcção dos negócios públicos a seu cargo. Por tal motivo, — salienta Alberto Sampaio —, os cavaleiros, nobres, comparáveis aos influentes e políticos da actualidade, se tornavam proeminentes nas freguesias onde residiam e tinham bens».

É outra a opinião de António Sardinha. Vejamos:

«Se a comparação é feliz e persuasiva, não é inteiramente exacta. Os nobres antigos, por via de regra, como «autoridades sociais», — as «autoridades sociais tão calorosamente reabilitadas por Le Play! —, serviam o bem colectivo, a própria natureza da propriedade obrigava-os

a funções públicas. Enquanto que os influentes locais, gerados pelo Liberalismo... Mas não será melhor passarmos adiante?»⁴¹.

Pois bem, passemos adiante. Porém, António Sardinha ao tratar de «O espólio de Fradique», escreve:

«Nas *Notas contemporâneas*, Eça define o jacobismo segundo Proudhon, a quem chama uma espécie de Santo Agostinho ou de S. Thomás da igreja socialista! De olhos poisados em tão autorizada fonte, o jacobinismo é, de feito, para Eça, não uma doutrina, mas «uma doença maligna de coração e de cérebro».

O sinal mais evidente de que são bem portuguesas no fundo as intenções de Eça de Queiroz está na *Revista de Portugal*, — um dos raros órgãos de cultura com que entre nós se pretendeu coalhar nacionalismo consciente e elevado. Foi na *Revista de Portugal*, por exemplo, que Alberto Sampaio, — o nosso Fustel —, publicou algumas páginas suas sobre a nossa organização social depois dos romanos e antes de D. Afonso Henriques, — prefácio largo e monumental à *História* de Alexandre Herculano. Na *Revista de Portugal* saíram, antes de enfeixados em volume, *Os filhos de D. João I*. Por lá deixou vestígios da sua erudição o insigne Martins Sarmento»⁴².

Mas não se fica por aqui António Sardinha na sua admiração por Alberto Sampaio. Ao tratar da justa consagração que foi feita pela Academia das Ciências a Gama Barros e que nos resgatou «duma absoluta dívida de honra, mostrando-nos que em Portugal se não obscureceu por completo a consciência dos deveres sociais», acrescentou:

«Continuador do nosso vigoroso património historiográfico, a Gama Barros, como ao esquecido Alberto Sampaio, das formidáveis monografias sobre as origens da nacionalidade portuguesa, pertence a glória de ter natura-

⁴¹ *Da Hera nas Colunas*, págs. 304 a 312.

⁴² *Purgatório das Ideias*, págs. 31-32.

lizado definitivamente, entre nós, os processos objectivos da história.

Mas é bem outro, o aspecto da questão que mais nos ocupa agora. Claro que os métodos objectivos ou científicos da História não se casam, por condição própria, com os panegíricos enfartados dos antigos tempos. Convém, contudo, não esquecer que a esse — como dizer? — hipérbole patriótico, se substituiu um princípio sistemático de livre-crítica que fez da História um motivo de guerra civil permanente. Portugal sofreu-lhe as consequências, como poucos países. É ver a herança que recebemos de Oliveira Martins, — até do mesmo Herculano, para não falarmos do folhetinesco Pinheiro Chagas.

Não falo já de Fr. Bernardo de Brito, presumivelmente menos embusteiro do que, em juízo corrente, de ordinário se supõe. Contento-me em pedir apenas para Fr. António Brandão as atenções esclarecidas. Notava-me a esse propósito, em Espanha, uma bela inteligência de mulher, que todo o esqueleto da *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, repousa em Fr. António Brandão. Não nos devemos surpreender!

Portugal constitue, na historiografia europeia, um capítulo de subida excepção, que, a partir logo de Fernão Lopes, se autoriza, em Quinhentos, com Damião de Góis, João de Barros e Diogo do Couto, e vai depois, pelo braço dos frades da *Monarquia Lusitana*, entroncar em Herculano, Alberto Sampaio, Costa Lobo e Gama Barros, possuindo, por elo de ligação, os nossos académicos do século XVIII, como António Caetano do Amaral, António Ribeiro dos Santos e João Pedro Ribeiro»⁴³.

Estudando as origens de «A pátria portuguesa», com aquele entusiasmo de português que resplandece na sua valiosa obra, escrita nos ardores dos combates por um Portugal novo em que se consumia a Geração do Resgate que o arvorara por Mestre bem escutado e bem compreendido nos seus patrióticos anseios, debruça-se António Sardinha sobre as bases do Município, que ele vai encontrar nos trabalhos do vimaranense ilustre que se

⁴³ *De Vita et Moribus*, págs. 152-153.

dedicou ao estudo das civilizações primitivas do NO de Portugal:

«Na sua monumental monografia *As «villas» do norte de Portugal* Alberto Sampaio determina superiormente a persistência da antiga e primitiva raça dos nossos castros e citânias através da persistência do seu profundo agrarismo. Assim o Município, — pondo de parte a sua pretensa importação romana —, nasce no território que viria a ser Portugal dessa espécie de «comuna sem carta», — na frase feliz de Alberto Sampaio —, que era a freguesia rural. Ora *freguesia rural* não era mais que o reconhecimento, para os efeitos religiosos, do tipo fundamental das nossas mancomunidades agrícolas que, já em grau maior de desenvolvimento, deram ao depois o Concelho. A origem do Município, ou Concelho, na faixa geográfica que hoje corresponde a Portugal, é, pois, bem distinta da gênese do *ayuntamiento* castelhano. O *ayuntamiento* surge sempre à sombra do castelo, com o avanço lento da Reconquista pela extensão desoladora dos páramos do centro da Península. Compreende-se deste modo que a poesia popular seja aí a poesia heróica, — seja aí a Gesta. Aferrado à terra, defendendo-se pelo seu enraizamento do tropel das invasões que iam e vinham, a raça do ocidente peninsular, quando a Reconquista chegou, achava-se já secularmente presa ao chão natal, por mercê de uma especial tendência agrária que cedo se expressou em instituições inolvidáveis, dando lugar a formas sociais, anteriores às que o renascimento neo-gótico acabou por impôr mais ou menos ao resto da Península»⁴⁴.

E António Sardinha prossegue:

«O que se infere de aqui, sobretudo, é a profunda exactidão de Alberto Sampaio ao escrever no seu já mencionado estudo *As «villas» do norte de Portugal* que «em toda esta região peninsular a sociedade da Alta Idade Média formou-se em condições e tempo identicos, quase ou sem o domínio sarraceno exercer influencia directa sobre os

⁴⁴ *A Aliança Peninsular* (1.ª edição), págs. 97-98.

seus homens; d'estes que continuaram entre si após curto intervalo em relações seguidas, quando no centro e sul imperavam os estrangeiros, partiu o movimento de reconquista, que devolveu a soberania aos naturaes, passados muitos seculos de combates. Não tendo havido absorção de sangue e civilização dos invasores, conservaram-se portanto aí vivas as condições e costumes da sociedade anterior e o genio das populações antigas. É isto o que constitue a sua homogeneidade historica».

Ainda que breves, são bastantes por si os elementos que produzimos para se verificar que, à individualidade geográfica da pátria portuguesa, conforme ficou definida por autorizados depoimentos da ciência official espanhola, correspondia em toda a sua amplitude um fundo étnico, tipificado por diferenciais que, se o aproximavam das mais populações hispánicas, lhe imprimiam, todavia, um particularismo muito seu, que o não deixava, por outro lado, confundir-se inteiramente com elas. Donde o resultar bem nitidamente que a separação politica de Portugal e Espanha tira as suas raizes de circuntâncias mais fortes que a ambição dos nossos príncipes, como pretendia Alexandre Herculano, — ou que o simples capricho do deus Acaso, como queria Oliveira Martins num negativismo para lamentar em tão alto e claro espírito»⁴⁵.

Mais adiante, e a propósito de «Sebastianismo e Quichotismo», estabelece António Sardinha a devida distinção, escrevendo:

«Tomados, por conseguinte, o *Sebastianismo* e o *Quichotismo* como éticas diversas, necessariamente que temos que tomar como diversos os dois génios, filho de raça e de meio, que assim encontraram expressão imortal. Estamos em frente do «elemento psíquico», que o senhor Bullón y Fernández, — e com o senhor Bullón y Fernández todos os sociólogos e todos os historiadores —, considera como principal na determinação duma nacionalidade. Pela já tantas vezes invocada predisposição emotiva que nos levaria a interpretar melhor a poesia do coração e da mágoa do

⁴⁵ *A Aliança Peninsular*, págs. 103-104.

que a gesta heróica da Conquista, (de Camões, um lírico, nasceu a nossa epopeia), o Lirismo supõe, antes de tudo, como já dissemos e nunca é de mais repetir, uma grei agrícola disseminada por entre águas correntes, numa bucólica constante. Ora a nacionalidade portuguesa, na sua formação histórica, iniciou-se entre o Douro e o Minho com o velho condado portucalense. Como essa célula originária do futuro de Portugal era povoada e cultivada, Alberto Sampaio no-lo conta nos seus trabalhos memoráveis. A terra lavrava-se, — lavrava-se à sombra do verde-pino, entre as trovas descuidadas que se aprendiam na volta das romarias. *«La romeria tiene en el norte de la península una importancia especial: el fuerte espíritu religioso que allí domina, y el ser la población espesa y estar muy repartida en lugarcillos y aldeas, favorecen la costumbre que busca en los santuarios famosos el punto de reunión y de mercado de muchos pueblecillos de los alrededores»*, — elucida o senhor Menéndez Pidal. *No puede sorprendernos que todos los santuarios mencionados en las cantigas de amigo que tienen como fondo la romeria sean santuarios pertenecientes á la región occidental del Duero, es decir, á la Galicia en su máxima extensión romana...*»

Preciosíssima, na verdade, a observação do ilustre publicista. Porque, apesar de certas prevenções castelhanistas, aliás muito explicáveis, do senhor Menéndez Pidal, o seu testemunho insuspeito só confirma as minhas asseverações, — e é que o Lirismo corresponde no noroeste da Península a um trato largo de terra, onde o povo vivia mais do sacho que da besta, curvado para o rego florente, em que o seu suor se misturava com o aroma verde duma cantiga sempre esparsa no ar. Delimita-nos bem o senhor Menéndez Pidal esse rincão privilegiado, que só à superfície conheceu o tropel das invasões sem que, pelo menos, se alterasse a autoctonia secular do Habitante. É — repetindo as palavras do senhor Menéndez Pidal —, a «região ocidental ao norte do Douro», ou seja a Galiza «na sua máxima extensão romana». Está claramente incluída a área do antigo condado portucalense. E nós sabemos como na região indicada a cultura dos campos se desenvolvera e prosperara desde que Roma obrigou os moradores das citâ-nias a descerem para o vale, até que os descendentes deles,

algumas centúrias de anos depois, se agruparam em torno dum príncipe, alçando-o como seu soberano independente. É, afinal, como se exprime com todo o peso da sua autoridade o insigne Alberto Sampaio, que foi bem o nosso Fustel de Coulanges. Oiçamo-lo.

«Com a invasão Sarracena em 712, a desordem foi maior e mais prolongada. Os recém-chegados não conseguiram firmar-se no norte da península, nem um pouco ao sul do Douro; mas a resistencia christan não pôde também estabelecer em acto continuo a segurança publica das regiões tomadas. Apesar da incerteza, do terror do inimigo e decadencia das cidades, as Villas permaneceram; dentro delas, guiado pela prática, o povo perseverou no cultivo da terra, muito embora, na falta de governo, a visse frequentes vezes talada, e tivesse de a defender, ou esconder-se, enquanto passavam os exércitos indisciplinados. Com o trabalho agrícola manteve também as tradições do dominio espiritual». Donde devemos concluir logicamente com Alberto Sampaio que «o fundamental antigo permanecia então, como transparece ainda hoje».

Pois o florescimento magnífico das «*cantigas-de-amigo*» dos *Cancioneiros* galaico-lusitanos, em que a *romaria* aparece como fundo preferido, abrange, sem tirar nem pôr, a extensa zona geográfica, que tanto e tão amoroso interesse mereceu à erudição de Alberto Sampaio. É certo que o senhor Menéndez Pidal pretende encontrar também em Castela o mesmo tema lírico. Mas encontra-o mais tarde e «*sin aquel languido discreto de las cantigas gallego-portuguezas*». Seja como fôr, e em abôno das próprias afirmações do senhor Menéndez Pidal, o modo de ser social que a «romaria» representa justifica plenamente a base agrária que, quanto a mim, o Lirismo pressupõe.

É esta a altura de recordarmos que a romanização organizara a propriedade no noroeste peninsular segundo o tipo latino da «villa». Fragmentaram-se as «villas» por exigências e necessidades saídas da transformação sucessiva dos tempos. Mas já então para os colonos das «villas» havia um e outro vínculo mais forte: — o de Igreja, que os tomou como filhos. De «*filius-ecclesiae*» vem *freguesia*, — vem *freguês*. O que é a *Freguesia* em Portugal? É, como já acentuamos, uma forma rudimentar de governo e adminis-

tração local. Na sua origem engendrou-a a «igreja», — muitos dos «santuários» das «romarias» célebres dos *Cancioneiros* —, tornada depressa *paróquia*, em razão das conveniências do culto e mais tarde com funções distintas dessas, quais eram a de presidir à repartição entre os vizinhos das glebas pertencentes ao património colectivo.

Surgindo ao lado das «villas» com a cristianização da sociedade, «as duas instituições sucedem-se, — esclarece Alberto Sampaio —, mas não se confundem; as villas foram propriedades em todo o vigor da palavra; a freguesia é uma especie de comuna sem carta, que se forma em volta do campanario. Precisar a data em que uma deixa de existir e começa a outra, é impossível; transformações d'estas efectuam-se lenta e parcialmente; ao lado da instituição moribunda, vai despontando a nova, ora balbuciante, ora quasi na juventude, até se efectuar a evolução por completo».

E o historiador remata: — «Todavia em ambas o perimetro é em geral o mesmo, e identica a população proveniente da stirpe antiga das clientelas, que desceram das citanias acasteladas».

Acompanha-se perfeitamente na exposição de Alberto Sampaio a passagem da «vila» à «*freguezia*», enquadrando na sua massa populacional os descendentes dos incolos primevos das citânia e castros da época pré-romana. A constituição social que semelhante regime de propriedade importava consigo traduz-se depois em modalidades muito suas dentro do quadro das instituições tradicionais do povo português.

Não conhece a Espanha, antes do *ayuntamiento*, — ao que supponho —, outro grau na escala do seu sistema administrativo. Só na Galiza deparamos com a *parroquia* no sentido de que administrativamente se reveste a *freguezia* em Portugal. «*La parroquia es denominación jurisdiccional eclesiástica, pero tiene en el país tanta importancia como la denominación civil del ayuntamiento.* (Citação de Dominicos Villar Grangel na conferência *El Municipio en Galicia*. Barcelona, 1919). De nada mais se carece para concordarmos que as «romarias» do noroeste peninsular, ao acusarem na lírica dos *Cancioneiros* uma nota psíquica inconfundível, significavam simultâneamente a feição típica

duma sociedade estabelecida em condições bem diversas das que se verificavam no resto da Península.

Efectivamente, Castela fundou-se e dilatou-se pela guerra, — pelo acto sistemático da conquista. Ao longo dos infundáveis páramos do coração da Península, por extensões e extensões despovoadíssimas, só à roda das fortalezas vigilantes as póvoas se desenham com tranquilidade relativa. Eis porque a composição de Castela é mais *urbana* do que a de Portugal. Em Portugal a fortaleza, antecedendo a povoação, apenas aparece quando a nacionalidade entrou de se estender ao sul do Mondego. Até então, onde existia, existia somente para salvaguarda dos vilares e aldeamentos anteriores. Graças à rija e miúda réde das nossas mancomunidades agrícolas é que o feudalismo não conseguiu aclimatar-se na fachada ocidental da Península. E tanto assim que, por virtude dessas obscuras confrarias de lavradores e pequenos proprietários, em Portugal a nacionalidade antecedeu sensivelmente o Estado. Não é fácil explicar-se de outro modo que D. Afonso Henriques e D. Sancho I se intitulassem «reis dos portugaleses». O que não sucedia em Castela, onde a terra pertencia ao monarca em direito patrimonial, porque a achara deserta ou porque a ganhara para si e para os seus barões»⁴⁶.

No seu estudo intitulado «Teófilo, Mestre da Contra-Revolução», António Sardinha salientando o regulamento estabelecido nas citânicas, escrevia:

«Todos os anos se partilhava o solo arável, sendo distribuído em quinhões iguais o produto da recolta. É o processo certamente usado nos demais aglomerados agrícolas que na subida diferenciadora alcançam a forma urbana, continuando a acentuar a ingénita disposição particularista nas *citânicas* ou *cividades*, que pegaram a errigar os cômoros do norte aí pelos intróitos da proto-história.

Assim cada citânia constitui o centro duma mancomunidade agrária com o laço gentilico por fivelão. Assevera as predilecções localistas da estirpe autóctone e pela

⁴⁶ *A Aliança Peninsular*, págs. 115 a 123.

incisiva individualização que as exprimia cada citânia vertia uma unidade populacional, — um *populus*. Quantas cidades, quantos *populi*, contariam os romanos ao depois. A autoridade acabou por se resumir num maioral, o *Camal* das instituições de Briteiros, assistido por uma ordem de anciães ou notáveis, como se infere dos toscos assentos de pedra que lá se exumaram na casa-tipo. E desta maneira *esboçada*, a aptidão sedentária do nosso indígena primevo, acompanhando o desenvolvimento da agricultura, atingia as linhas rudimentares dum cantonalismo autonómico em que se adivinha já o embrião da Pátria vindoura.

No conselho dos magnates, deliberando sobre usos, repartições do agro, contendas pessoais, etc. etc., insere-se efectivamente o germe valiosíssimo de que proveio o Município e por uma ascensão maior, por uma mais larga esfera de actividade, vagando o desenvolvimento incontido das relações colectivas em círculos mais extensos e mais presntantes, essas antigas Côrtes Gerais da Monarquia tradicional, cooperando com o Rei, — já palpitado pela célula autoritária que é o *Camal* de Briteiros, — na marcha e na direcção dos graves negócios de utilidade pública. É que o génio da Raça a si mesmo se bastou, dotando-se com um admirável sistema institucional, que nada deve a influências de obséquio nem a padrinhos de acaso. Na hora em que à Nação, já concretizada, se desviava a abundante energia criadora, em que o fio orgânico se lhe perdeu em meandros enfraquecedores e secundários, é que a decaída começa, é que as mestiçagens corrosivas lhe comprometem a salubridade e o equilíbrio com desviscerações criminosas»⁴⁷.

Neste discorrer, continua António Sardinha:

«Como em Briteiros, nós figuramos o *Camal*, rodeado dos próceres, presidindo à distribuição do agro, também nos concelhos de todo o Reino, a câmara, partilhando em sortes os vastos logradouros colectivos, que a fúria desamortizadora a pouco e pouco foi esfarrapando, não fazia senão acudir na inconsciência dum acto consuetudinário

⁴⁷ *Glossário dos Tempos*. págs 170-172.

à já diluída necessidade que muito ao longe, na dobra dos tempos, lhe ficara assinalando a génese obliterada.

A citânia, estádio anterior à agremiação concelhia, guardava, pois, consigo a lareira anónima da Pátria. O apêgo localista imprimira ao morador uma índole fera, independente: *trux natura et ferox*. Preferiam a morte à servidão, — refere o ilustre Alberto Sampaio. E quando o romano assumou, atalaiadas em cômoros inacessíveis, com um óptimo aparelho de castros a encerrá-las num aro impenetrável, a luta duraria décadas e décadas para se subjugarem, uma a uma, as cidades perdidas da Lusitânia, — células inalienáveis da Nacionalidade que adviria da sua reviviscência nas beatrias do Norte e nos ópidos do Sul.

Porque, se até agora, a citânia se manifesta apenas além do Douro, aonde a população já era densíssima, o Sul, menos povoado, coberto de charnecas embrenhadas em que o urso retouçava por entre medronheiros, possuía contudo aqui e ali sensíveis pontos habitados. O castro de Cola no campo de Ourique, já explorado pelo grande arcebispo Cenáculo, pode com efeito apresentar-se como o paradigma de tantos e tantos povoados proto-históricos, dispersos pelos sideiros da mesopotâmia de entre Tejo e Guadiana e ainda meio recordados na toponímia vulgar. Não há quase freguesia nenhuma em que não se indique um *castelo velho*, com alusões legendárias à ocupação mourisca. De modo que, de alto a baixo, o *substractum*, tanto étnico como institucional, preparava numa gestação de séculos a unidade formidável de que Portugal nasceria como uma federação de pequenos núcleos autonómicos.

Para consagrar a obscura elaboração que nos engendrava em trabalhosas avançadas para um consenso mais lato de sociabilidade, se dos particularismos populacionais recebera a vida, Portugal nascente de um castro receberia o baptismo. Gerado pela interpenetração dos vilares arcaicos nas *germânias* da liga contra Roma, um vilar, para lhe confirmar a filiação, lhe havia de impôr o nome. Não olvidemos que o ópido modestíssimo a cavaleiro do Douro, elevado pela difusão da palavra cristã à dignidade de sede episcopal, não tardou a envolver a área da sua jurisdição eclesiástica no indicativo correntio de *diocese portugalense*. «*Terra Portucalense*» se designaria a região com-

preendida sob o múnus espiritual da nova igreja. E como veio a coincidir com o condado cedido ao barão borgonhês, *condado portucalense* se chamará ao depois. As vantagens sobre os mouros, dilatando-lhe as fronteiras, estenderam-lhe paralelamente o alcance do apelativo.

Com ele se comunicava aos tratos recém-havidos a mesma composição antropológica, prevalecendo no delicéfalo meão de cabelos escuros. É que as cidadelas conquistadas presidiavam-se com homiziados, com colonos foragidos, com populacho atraído à custa de ingenuações e regalias. Não se estranhe por isso que, quando a espada resgatadora faíscou ao sol do Algarve, riscando relâmpagos coriscentes contra as últimas muralhas agarenas, Portugal inteiro se alevantasse, como um corpo só com uma só alma, do solo liberto pelos cavaleiros da Cruz. Se a Pátria não estivesse formada por uma possantíssima antecedência social e étnica, não seria agora o arranco destemido dum bando em algaradas que a constituiria dum jorro!»⁴⁸.

E António Sardinha prossegue como que iluminado por um clarão brilhante de fervor patriótico que lhe inundava a alma de bom e leal português:

Tua est potencia, tuum Regnum, Domine! E todos à uma disputavam a obrigação ingénua do *jantar*, que só ao Rei pertencia, todos à uma dobravam o joelho na altivez respeitosa do *Mantenha-vos Deus, Senhor!* que ficou na tradição. Como bem destrinçava Alberto Sampaio, a disciplina distinguia os homens, mas sentiam-se iguais no parentesco da carne, na afinidade das consciências. Um momento o resíduo gótico pertubará a unidade da Nação desabrochante, com uns assomos de individualismo absorvente, com desmandos bravios de casta ferrenha. Mas depressa a função mantenedora da Realeza há-de dar a primazia aos *domini* das antigas vilas, transformados agora nos «homens bons» do concelho. É que a imiscuência dólico-loira era, em verdade, diminuta»⁴⁹.

⁴⁸ *Glossário dos Tempos*, 173-175.

⁴⁹ *Idem*, *idem* pág. 186.

E finalizamos com mais esta referência de António Sardinha a Alberto Sampaio, que é remate deslumbrante de fervor patriótico e canto de louvor às virtudes da Raça, nas quais António Sardinha sempre depositou as maiores esperanças:

«Mas obra de Deus, porque tudo se apaga como debaixo de uma esponja implacável, o terreno prepara-se magnificamente para aquilo que na exacta compreensão do momento, nós deveremos chamar a «segunda fundação de Portugal». Na vertigem fatal em que parecemos perdidos, acudamos nós, antes de mais nada, ao que resta ainda da alma colectiva da Raça!

É sobre os alcerces espirituais da Pátria que o nosso esforço carece de se firmar quanto antes, e enérgicamente. E como em melhor tempo, quando a disciplina distinguia os homens, mas os unia a mesma irmandade forte de origem e de pobreza — na frase inolvidável de Alberto Sampaio — que o Rei apareça a unificar as nossas vontades e a dar-lhes o destino glorioso que nasce das páginas da História e a elas regressa, em aumento da Grei e seu prestígio imorredouro»⁵⁰.

Foi longa, mas proveitosa, esta jornada pela obra valiosa de doutrinação de António Sardinha alicerçada, por sua vez e em grande parte, nos elementos preciosos para os seus estudos que encontrou nos trabalhos de Martins Sarmiento e de Alberto Sampaio, duas prestigiosas figuras de Vimaranenses que, hoje, lamentavelmente, muitos desconhecem.

Fez-me bem tê-la percorrido numa romagem dos séculos a culminar nos 850 anos já passados sobre a famosa Batalha de S. Mamede, nesta minha terra vimaranense e na companhia generosa do brilhante espírito, para mim sempre tão saudoso, desse grande português que foi António Sardinha e através da obra grandiosa de, Martins Sarmiento e Alberto Sampaio cujos preciosos ensinamentos faz bem relembrar, pois, como escreveu Pesquidoux: — «*L'héritage des ancêtres doit être transmis aux descendants; nous ne sommes ici que pour former la chaîne*».

Manuel Alves de Oliveira

⁵⁰ *Glossário dos Tempos*, págs. 312-313.